

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



EDIÇÃO ESPECIAL

Tiragem desta edição **36.000** exemplares

AÇÕES 2018



sistemafaep.org.br



O ano de 2018 impôs uma série de novos desafios para o Sistema FAEP/SENAR-PR. Mas nem por isso esmorecemos. Ao contrário, trabalhamos sem medir esforços, em prol da defesa dos interesses dos produtores rurais paranaenses. Em uma breve reflexão, avalio que tivemos um ano de muito sucesso, com inúmeras conquistas, como estão retratadas nas próximas páginas deste relatório. Ainda, temos outras tantas ações e projetos em andamento, que, com certeza, irão resultar em benefícios para os agricultores e pecuaristas do nosso Estado.

O fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, resultado da Reforma Trabalhista que entrou em vigor em novembro de 2017, exigiu uma reflexão por parte de nós, líderes sindicais. Foi necessário, ao longo de 2018, reestruturar alguns processos, para fortalecer os Sindicatos Rurais e, desta forma, o sistema sindical como um todo. Diante deste cenário, a FAEP desenvolveu o Programa de Sustentabilidade Sindical, que, após debater soluções conjuntas, irá fortalecer o sistema associativo e melhorar a prestação de serviços aos produtores rurais paranaenses. A montagem do programa levou alguns meses, até visitarmos os sindicatos para fazer um diagnóstico e um plano de negócio. Mas já está formatado, rodando e, com certeza, irá elevar (em quantidade e qualidade) os serviços que os Sindicatos Rurais podem oferecer aos produtores.

No campo das conquistas, muitas na área ambiental. O Supremo Tribunal Federal votou pela manutenção do Código Florestal, com certeza, subsidiado pelo vasto material sobre o tema produzido pela FAEP. Ainda, conseguimos junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a dispensa do licenciamento ambiental para os pecuaristas envolvidos com a bovinocultura de

corte em sistemas extensivo e semiconfinado. Durante a greve dos caminhoneiros, que mexeu com as estruturas do país, o mesmo IAP, ciente da situação de emergência vivida pelos avicultores e suinocultores, regulamentou o descarte de animais mortos. Também com o Instituto Ambiental do Paraná, assinamos um convênio que prevê a utilização da estrutura dos Sindicatos Rurais para emissão de documentos e orientações técnicas. Para facilitar a vida do produtor, um termo de cooperação entre a Adapar e o IAP permite a integração das bases cadastrais.

Não existe conquista mais importante que a outra. Todas trazem benefícios para os nossos produtores. Mas, talvez pela longa espera e árduo trabalho, a confirmação da retirada da vacinação contra febre aftosa em 2019 no nosso Estado, tenha um destaque especial. Há mais de 20 anos que FAEP, pecuaristas e entidades do setor buscavam isso. E, com apoio irrestrito da governadora Cida Borghetti, o Ministério da Agricultura autorizou a última campanha de vacinação em maio deste ano.

No caminho trilhado em 2018 encontramos muitos obstáculos e desafios, mas que superados, com trabalho e dedicação, se transformaram em avanços e conquistas para o agronegócio paranaense. Sabemos que 2019 não será de bonança. Mas o produtor rural é forte e pode ter certeza que conta com todo o apoio dos Sindicatos Rurais e do Sistema FAEP/SENAR-PR para enfrentar os eventuais percalços e continuar produzindo e gerando riquezas para o Paraná.

Ágide Meneguette

Presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR



FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho | **Relatório de Atividades FAEP | Ações SENAR-PR**
Textos: André Amorim e Antonio Senkovski | **Edição e Revisão:** Coordenação de Comunicação Social

do Sistema FAEP/SENAR-PR
Fotos: Arquivo Sistema FAEP/SENAR-PR e Fernando Santos | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Jornalista Responsável:** Carlos Guimarães Filho | **Fontes de Consultas:** Boletins Informativos do Sistema FAEP/SENAR-PR e Departamentos Técnico Econômico, Sindical e Jurídico
Contato: imprensa@faep.com.br



ACÇÕES 2018

ÍNDICE

FAEP

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

PÁG.6


SENAR
PARANÁ

PÁG.42





**FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ**

Atuação em Brasília

Em fevereiro de 2018, o presidente da FAEP, Ágide Meguette, cumpriu intensa agenda em Brasília. As reuniões ocorreram no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com a participação do presidente da entidade, Ricardo Soavinski. A pauta incluiu diversos temas ambientais que interessam ao Estado, como a necessidade de regulamentação da chamada zona de amortecimento do milho BT (transgênico), plantado em áreas vizinhas ao Parque Nacional do Iguaçu, na região Sudoeste do Estado. Também estiveram na pauta as questões de regularização fundiária dentro das unidades de conservação do Paraná, que ainda não foram indenizadas e que estão com status de pendência no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que impede que o produtor consiga dar continuidade as suas atividades de regularização junto ao cartório de registros de imóveis, além de crédito bancário.

Repúdio à carreta de Lula pelo Paraná

A carreta do ex-presidente Lula, condenado por corrupção, pelo Sul do Brasil resultou em manifestações de repúdio em todos os locais por onde passou. No Paraná, não foi diferente. Teve bloqueio de rodovia com queima de pneus, muitas vaias, cartazes, faixas e palavras de ordem que entre outras coisas demonstravam a indignação geral. Centenas de carros e caminhões fecharam as rodovias de acesso as cidades pelas quais a caravana passou.

Diante da afronta aos milhares de produtores rurais que representa, a FAEP emitiu uma nota de repúdio sobre a vinda de Lula ao Paraná, que foi distribuída durante as manifestações e repercutiu na imprensa do Paraná. “A vinda do ex-presidente Lula da Silva ao Paraná é um acinte que merece o nosso repúdio. O lugar dele é realmente no Paraná, mas em Curitiba, num certo endereço onde habitam outros condenados por corrupção. O sr. Lula da Silva, na frustração por não poder exibir o seu teatro de mentiras, ofende os produtores rurais, chamando-os de caloteiros, esquecendo de quem está realmente segurando a economia do país”, mencionava um trecho do documento.

Manutenção do Código Florestal

O agronegócio nacional obteve uma importante conquista com benefícios para o presente e o futuro. No dia 28 de fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a maioria dos 39 itens, inclusive os mais polêmicos, em





relação ao novo Código Florestal (Lei 12.651/2012). A decisão, aguardada com expectativas por milhões de produtores rurais espalhados pelo país, permite que a produção no campo continue acontecendo com segurança jurídica. O julgamento conjunto da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 42 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937, que questionam os dispositivos do Código Florestal, teve participação direta da FAEP. Desde o início do processo, em novembro de 2017, a Federação vinha acompanhando os desdobramentos. No primeiro dia de julgamento, em 8 de novembro, quando o ministro Luiz Fux, único a votar, considerou inconstitucional a maior parte dos artigos que estavam sendo questionados, a FAEP preparou memoriais sobre o tema.

Na intenção de reverter o voto de Fux e mostrar aos outros dez ministros a necessidade de manutenção do Código Florestal, o documento da FAEP detalhava os avanços obtidos sob os aspectos econômico, social e ambiental para o país. Ainda, o memorial apontava que um eventual julgamento procedente “levaria a legislação questionada a uma condição de inaplicabilidade, uma vez que a norma reuniu etapas de um procedimento complexo de regularização ambiental, visando aumentar a cobertura vegetal de áreas desmatadas, principalmente em áreas de preservação permanente”.

Quando o julgamento foi retomado, nos dias 21 e 22 de fevereiro, os votos dos demais ministros acabaram empatando o julgamento - algumas questões no todo e outras parcialmente -, restando ao ministro Celso de Mello o desempate. Novamente, a FAEP produziu material e entregou ao magistrado, com o objetivo de subsidiá-lo na tomada da decisão. O trabalho teve resultado, e no dia 28 de fevereiro, o tribunal decidiu a favor dos produtores rurais.

Propostas para o PAP 2018/19

Como acontece todos os anos, a FAEP, em parceria com a Seab e Ocepar, elaborou o documento ‘Propostas para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2018/19’, entregue ao Mapa, no anseio de contribuir para a elaboração do pacote. O documento carregava as principais demandas do setor agropecuário estadual. A elaboração das propostas ocorreu a partir de estudos realizados pelas três entidades e também das contribuições dos sindicatos rurais, produtores rurais, membros de comissões técnicas da FAEP e cooperativas.

O documento elaborado em conjunto contribuiu para as importantes conquistas aos produtores rurais. Propostas desenvolvidas pelas entidades, a partir de estudos e contribuições dos sindicatos rurais, produtores e cooperati-

vas, foram adotadas integralmente e permitiram mudanças no Programa ABC, Inovagro, piscicultura e construção de armazéns. Já as propostas para o volume de recursos ao crédito rural e a redução da taxa de juros tiveram parte adotadas, que também beneficiam o campo.

Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná 2019-2022

Como acontece a cada véspera de eleição para governador, a FAEP preparou um documento com propostas de interesses dos produtores rurais e outros elos da cadeia produtiva, visando colaborar na construção dos planos de governo. Na época, o 'Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná 2019-2022', de 52 páginas, foi entregue pelo presidente da entidade, Ágide Meneguette, diretores e assessores da Federação, aos três principais candidatos ao governo do Estado: Cida Borghetti, Carlos Massa Junior e João Arruda.

O documento, que reúne aspectos fundamentais para garantir que o setor siga firme nos trilhos do desenvolvimento, é dividido em três eixos. No primeiro há uma contextualização da importância do agro para a economia do Estado e para todos os paranaenses. No segundo tópico são trazidos objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio do Paraná. O terceiro capítulo, por sua vez, traz em detalhes as propostas para direcionar os trilhos do agronegócio em suas diversas áreas. Entre elas estão programas especiais, políticas públicas, segurança no campo, educação, estradas rurais, saneamento básico, habitação, comunicação, infraestrutura, biogás, bioenergia e abastecimento de eletricidade.

Ainda, uma das principais propostas do documento é a criação de um Grupo Estratégico do Agronegócio, com a coordenação direta do governador e secretariado pela Agência de Desenvolvimento. Nessa instância, a partir de sua criação, serão planejadas e colocadas em prática ações para garantir investimentos no agronegócio, permeando todas as cadeias produtivas, desde a produção no campo até o seu comércio e industrialização. Assim, com a devida autonomia e autoridade do novo órgão, será possível mobilizar todo o aparato do Estado para facilitar a implantação de projetos no setor, em conjunto com organizações da iniciativa privada.

Encontro de Lideranças Sindicais

Em agosto de 2018, a FAEP realizou o Encontro de Lideranças Sindicais, que colocou os candidatos João Arruda, Carlos Massa Jr e Cida Borghetti de frente com mais de 200





lideranças rurais, entre produtores, presidentes e representantes de sindicatos de todas as regiões do Paraná. Na ocasião, cada candidato teve uma hora para apresentar suas propostas e responder a perguntas formuladas pelo público. Mais do que ajudar aqueles que ainda estavam indecisos a escolher em quem confiar o voto, o evento serviu para evidenciar a importância do agronegócio nos projetos políticos dos pretendentes ao Palácio Iguazu. Todos os convidados se mostraram sensíveis às demandas do setor e cientes da importância do campo como motor da economia estadual.

De forma unânime, os três candidatos reconhecem a importância do campo para a economia estadual. Tanto que os planos de governo contam com diversas propostas para o setor, inclusive a criação de um Grupo Estratégico ligado diretamente ao gabinete do governador, de modo a ter agilidade para criar as melhores condições de investimento no agronegócio, envolvendo todas as cadeias produtivas, desde a produção até a comercialização e industrialização.

Propostas do G7 para os candidatos

Também em agosto, os três principais candidatos ao governo do Paraná, melhores posicionados em pesquisas, Cida Borghetti, João Arruda e Carlos Massa Jr, receberam o documento “Políticas Estratégicas em Apoio ao Desenvolvimento do Paraná”, construído a partir das demandas do G7, composto pelas sete entidades do setor produtivo (FAEP, Fecomércio, Fiep, Fecoopar, Faciap, Fetranspar e ACP).

Na mesma ocasião, além da entrega oficial do documento, os candidatos tiveram uma hora para apresentar ideias e propostas do seu plano de governo. O formato do evento foi bastante semelhante ao Encontro de Lideranças Sindicais, promovido pela FAEP. No evento do G7, os candidatos destacaram propostas gerais para o Paraná, envolvendo as áreas da segurança, logística, educação, investimentos, emprego e, claro, agronegócio.

Isenção de ICMS de eletricidade

A governadora do Paraná, Cida Borghetti, sancionou a Lei nº 19.595, de 2018, que torna isenta de ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços) a eletricidade gerada em micro e minigeração (até 1 megawatt – MW) no Paraná. A medida abrange todas as formas de geração de energia, inclusive no campo, já que com o apoio da FAEP, produtores têm plane-



jado investimentos, cada vez mais, em biodigestores para transformar dejetos de animais em energia limpa, ou seja, em ativos, o que seria um passivo ambiental. A Lei é um avanço para os produtores que já têm ou que pretendem investir em micro e minigeração de energia elétrica.

Nos últimos anos, a FAEP vem puxando os debates em torno da geração de biogás a partir de dejetos de animais. Essa mobilização foi decisiva para a publicação do marco regulatório do Biogás do Paraná, em maio, depois de inúmeras reuniões e visitas técnicas.

Decreto ambiental em áreas rurais

A governadora Cida Borghetti assinou, no dia 29 de outubro de 2018, decreto que regulamenta a Lei nº 18.295/2014, definindo formas, prazos e procedimentos para a regularização ambiental das propriedades rurais do Paraná. Quase 180 mil pequenas propriedades serão beneficiadas pela agilidade dos processos.

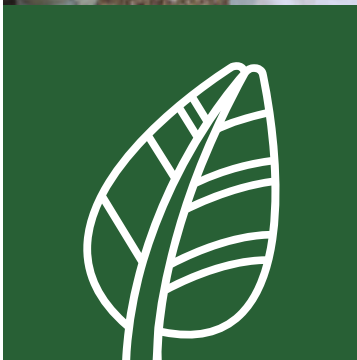
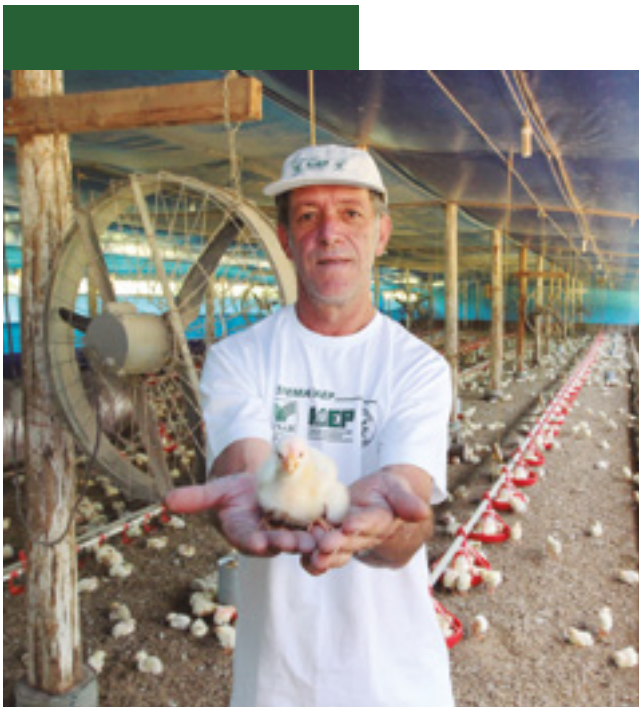
O Decreto 11.515/2018 revogou o Decreto 2.711/2015, que tratava do mesmo tema, ou seja, a regularização ambiental das propriedades rurais do Estado do Paraná. Nesse novo decreto, a maioria dos artigos foi mantida, acrescentando algumas regulamentações importantes com a finalidade de dar agilidade ao processo de análise e homologação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Paraná supera parâmetros para se tornar livre de aftosa

O Paraná está pronto para avançar em direção a se tornar uma área livre de febre aftosa sem vacinação reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). É o que apontou o resultado da auditoria realizada pelo Mapa, que estabeleceu três categorias para uma série de exigências avaliadas no Estado. O resultado foi que a sanidade paranaense superou a pontuação em 48%, atingiu a marca mínima em 35% e em apenas 16% ficou abaixo da pontuação. Com esse panorama, o Estado está apto a seguir com o pleito de obter novo status sanitário junto à OIE, desde que faça melhorias para corrigir esses 16%, que representam nove recomendações e dois estudos técnicos.

Retirada da vacina contra febre aftosa

A solicitação da FAEP, de pecuaristas e de entidades do agropênjcio estadual para antecipar a retirada da vacina contra a febre aftosa no Paraná, encaminhada pela governadora Cida Borghetti ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



(Mapa), foi atendida. O Ministério confirmou a autorização para que a última campanha de vacinação ocorra em maio de 2019. Desta forma, o Paraná irá deixar o Bloco V, junto com o Rio Grande do Sul, Santa Catarina (que já é área livre de febre aftosa sem vacinação), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para integrar o Bloco I, com Acre, Rondônia e partes de Amazonas, do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA).

Na prática, a medida reforça o trabalho para que o Paraná obtenha o reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação junto à (OIE) em 2021. A partir de então, novos mercados que pagam mais pela qualidade da carne paranaense, tanto bovina, como suína e de aves, irão abrir as portas, beneficiando todos os elos da cadeia produtiva.

“Essa é uma medida muito importante, que já aguardávamos. A decisão do Mapa vem coroar o sistema sanitário estadual de excelência que foi construído nos últimos anos pela Adapar. Vamos continuar trabalhando, sem medir esforços, até obter o reconhecimento pela OIE”, destaca o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

O trabalho para obter o reconhecimento da OIE já dura quatro décadas, com envolvimento de diversas entidades do agronegócio estadual, liderado pela FAEP. A explicação está no fato, de que o novo status serve como cartão de visita do Estado perante o mundo e agrega valor a todo o sistema produtivo agropecuário, pois ficará provado que possui um sistema de defesa sanidade robusto, eficaz e de excelência.

Auditorias recentes realizadas pelo Mapa comprovaram que o serviço sanitário paranaense é um dos melhores do Brasil, com pontuação acima da necessária em diversos quesitos. Esse nível contou com o trabalho do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (Fundeppec), que contribuiu diretamente com, por exemplo, a construção de alguns postos para completar a estrutura de fiscalização interestadual.

Tarifa Rural Noturna

O Conselho de Administração da Copel aceitou estender apenas até março de 2019 o desconto de 60% no valor da energia elétrica consumida por produtores rurais do Paraná entre 21h30 e 6h. Isso com a exigência de que o governo estadual assuma, até 15 de janeiro, a responsabilidade pelo pagamento do subsídio. Também será necessário informar à empresa o interesse pela continuidade do desconto e a forma como ele será custeado nos meses seguintes.

Essa decisão, por mais que temporária, é um alento para os pecuaristas, que, em novembro deste ano, começaram a receber avisos da Copel de que o desconto teria fim a partir



de 1º de janeiro de 2019. Desde então, a FAEP atua para que a renovação do desconto ocorra.

No dia 13 de novembro, a FAEP encaminhou um ofício à governadora Cida Borghetti e ao presidente da Copel, Jonel lurk, solicitando que fosse revista a decisão de encerrar o desconto. A governadora Cida Borghetti, então, determinou, no dia 20 de novembro, a renovação por mais 12 meses do benefício. Pelas regras que regem o funcionamento da Copel, no entanto, para a renovação entrar em prática é preciso uma decisão interna da própria empresa, já que possui capital misto (poder público e acionistas).

Em paralelo a isso, no dia 29 de novembro, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, solicitou apoio dos deputados estaduais do Paraná para a aprovação de um Projeto de Lei (PL) que autoriza o poder Executivo a efetuar o pagamento às concessionárias de energia referente ao subsídio do programa. O PL nº 547/2018 de autoria do deputado estadual Márcio Nunes prevê, no seu 1º artigo, a manutenção permanente do programa Tarifa Rural Noturna. O PL está em tramitação.

Demarcação de terras indígenas

No início de novembro de 2018, o desembargador federal Cândido Alfredo S. Leal Jr, atendendo a um pedido da FAEP, suspendeu os procedimentos demarcatórios de terras indígenas nos municípios do Oeste do Paraná, iniciados pelas Portarias 136 e 139. Ainda, o desembargador suspendeu o prazo de 90 dias concedido aos interessados por meio do Despacho nº 2, publicado no Diário Oficial da união, em 15 de outubro de 2018, até o julgamento das apelações.

“O Despacho da Funai era totalmente equivocado. A Justiça reconheceu isso, a partir dos argumentos apresentados pela FAEP. Ficamos felizes com a decisão, pois as áreas que passariam pela possibilidade de demarcação são propriedades rurais legalizadas e produtivas”, afirmou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

A decisão proferida é importante porque reconheceu a ilegalidade praticada pela Funai ao longo de todo o processo administrativo de desrespeitar decisão proferida pelo próprio Tribunal Regional Federal da 4ª Região de que deveria informar os nomes dos produtores rurais que poderiam ser afetados pelo procedimento.

APA da Escarpa Devoniana

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Territorial entregou, em agosto de 2018, um estudo



solicitado pela FAEP sobre a preservação nas Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana. O material consiste em uma pesquisa que compara, por meio de análise de imagens de satélite, o perfil de florestas nativas em 2008, antes do período determinado como base comparativa pelo novo Código Florestal, e 2017 (últimos dados disponíveis). Entre as principais conclusões está o fato de que o volume preservado está praticamente inalterado nesse período, evoluindo de 123,7 mil hectares para 127 mil hectares. Os dados confirmam o levantamento anterior realizado pela Fundação ABC.

Atuação no Seguro Rural

Desde o começo do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, criado por lei em 2003, a FAEP atua para elevar o valor da subvenção, permitindo a contratação por parte de mais produtores. Logo nos primeiros anos do programa, entre 2007 e 2009, a Federação realizou caravanas pelo Paraná levando seguradoras e governo para debater com os produtores e sindicatos.

Em 2012, a Federação patrocinou um estudo que mostra a importância econômica do seguro rural para o país. A entidade também foi a pioneira em lutar por um seguro rural eficiente nos programas federal e estadual de apoio ao produtor e na articulação junto as seguradoras por melhores condições de coberturas dos principais riscos da agropecuária.

Constantemente a Federação realiza eventos para disseminar a cultura do seguro rural no Estado e participa com propostas ao Plano Trienal do Seguro Rural e ao Programa de Subvenção ao Prêmio dos governos federal e estadual. Outra frente de trabalho é junto às companhias de seguros, levando as demandas dos produtores de melhoria ou criação de novos seguros rurais.

Guia para garantir seguro

Em 2018, o clima não colaborou com a safra de inverno. O mês de abril registrou baixa quantidade de chuvas, o que gerou problema no desenvolvimento das lavouras de milho e no plantio do trigo. Muitos produtores rurais, conforme relatos do campo, registraram perdas na safra de inverno, principalmente com o milho safrinha. Diante deste cenário, para que o agricultor não perca os direitos à cobertura do Proagro ou Seguro Agrícola, o Departamento Técnico (Detec) da FAEP elaborou um guia, em caso de sinistro.

Ajuste no Programa do Seguro Rural

O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) aprovou o Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR) para o período de 2019 a 2021. Dentre as mudanças, uma delas causou preocupação ao setor agropecuário, pois trata de uma mudança no percentual de subvenção para as culturas com maior risco (frutas, milho segunda safra e trigo). Essas culturas tinham apoio em torno de 45%. O novo percentual de subvenção ficou em 35%, considerado insuficiente para fomentar a contratação do seguro rural para milhares de produtores que atuam nestas atividades. Diante disso, a FAEP encaminhou um ofício ao Mapa solicitando que seja alterado o percentual de subvenção das referidas culturas. A Federação solicitou ao órgão que reveja a resolução, trazendo percentual de subvenção que viabilize a contratação das apólices de seguro agrícola para frutas, milho segunda safra e trigo em todo o país.

Programa Estadual de Seguro Rural

Em outubro de 2018, a FAEP encaminhou 11 propostas ao Comitê Gestor do Programa Estadual de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR/PR). O documento, elaborado em parceria com os Sindicatos Rurais e Comissões Técnicas da Federação, tem como objetivo o aperfeiçoamento do programa para ampliar o contingente de produtores atendidos com a subvenção estadual.

Em 2018, o programa de seguro rural do Paraná atendeu 4.277 apólices de 3.589 produtores, numa área de 202 mil hectares com recursos do governo de R\$ 9,7 milhões. “Temos convicção que o Programa tem potencial, no curto prazo, de atender mais de 6,5 mil apólices, que hoje estão de fora”, destaca o presidente da FAEP, Ágide Meneguette. “O desafio do Paraná é triplicar o atendimento do Programa nos próximos dois anos, abrangendo uma área de 600 mil hectares e mais de 10 mil produtores. Para isso é necessário aumentar o orçamento e alterar algumas regras de subvenção”, reforça Meneguette.

Venda e uso do Glifosato

Em setembro de 2018, o desembargador federal Kássio Nunes Marques, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), com sede em Brasília, derrubou a liminar que suspendia o uso e a comercialização de produtos que contêm os ingredientes ativos Glifosato, Abamectina e Tiram. Também estavam impedidas as concessões de novos registros de insumos com os compostos em questão.



Desde a suspensão, a FAEP acompanhava de perto o processo. No dia 7 de agosto, a Federação enviou ao Mapa ofício em que pedia uma ação judicial urgente para neutralizar os efeitos suspensivos do comércio e uso de agroquímicos a base de Glifosato, Abamectina e Tiram. Na época, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, enfatizou que a medida ocorria às vésperas do plantio da safra de verão e que os produtos-alvo da medida judicial eram indispensáveis para o plantio de grandes safras, como a da soja.

— Laboratório para exames de mormo

Após a FAEP enviar ofício ao Mapa solicitando o credenciamento de três laboratórios paranaenses que já tinham a documentação necessária para a realização de exames e emissão de laudos de mormo, doença infectocontagiosa que acomete equídeos (cavalos, jumentos e outros), o Mercolab Laboratórios, de Cascavel, na região Oeste, recebeu aval.

O credenciamento dos laboratórios é importante para que o produtor paranaense possa cumprir a Portaria nº 22, de 16 de março de 2018, do Mapa, e a Portaria nº 117, de 4 de maio de 2018, da Adapar. Hoje, o custo para a realização dos exames laboratoriais, composto pelo serviço veterinário de coleta de material, envio de amostras e tempo de espera do retorno dos laudos, é impeditivo para uma série de questões, entre elas o comércio de animais, participação em eventos, feiras agropecuárias e atividades desportivas e até mesmo para a segurança pública, pois dificulta a movimentação das tropas militares necessárias ao patrulhamento.

— Medidas de apoio à Adapar

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, na condição de presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundep), encaminhou, em outubro de 2018, um ofício à governadora Cida Borghetti, solicitando medidas de apoio à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

Segundo o documento, desde que foi criada em 2011, a Adapar tem alcançado resultados concretos, que se refletem no reconhecimento da qualidade dos produtos oriundos do agronegócio paranaense. Porém, é necessário que a Adapar tenha condições de executar as ações – elencadas no documento entregue à governadora – que têm caráter financeiro, de pessoal e de estrutura física, e tem como objetivo final estruturar a agência para que o serviço de defesa sanitária paranaense continue atuante e com qualidade.

Marco Regulatório do Biogás

A aprovação da Política Estadual do Biogás e Biometano, por meio das Lei nº 19.500 de 2018 e da Lei Complementar nº 211 de 2018, sancionadas pela governadora Cida Borghetti no dia 19 de maio, elevou a expectativa quanto ao uso destes sistemas no Paraná. A FAEP teve participação ativa no processo de tornar o Estado pioneiro no uso dessa energia renovável no campo.

A elaboração desse marco regulatório veio após a FAEP ter ajudado a colocar o tema em evidência, fomentando discussões por meio de reuniões e visitas técnicas. Além disso, em 2017, a entidade realizou uma série de quatro viagens técnicas que levou 142 pessoas, entre técnicos, produtores rurais, líderes sindicais, secretários de Estado e representantes de órgãos governamentais e de empresas privadas, à Europa para conhecer a produção de energia com o reaproveitamento de resíduos agropecuários.

Para o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, o trabalho para colocar em pauta a discussão do biogás no Estado vai ao encontro de uma máxima perseguida diariamente pelos produtores rurais, a de produzir mais, mas com responsabilidades econômica, ambiental e social. “Aqui no Paraná estamos mostrando que é possível dar a correta destinação aos dejetos animais em propriedades rurais ao mesmo tempo em que geramos riquezas”, ressalta.

Segundo o diretor-presidente do Centro Internacional de Energias Renováveis-Biogás (CIBiogás), Rodrigo Regis de Almeida Galvão, as mobilizações da FAEP para promover o debate no setor foram decisivas para que os produtores tenham conseguido conquistar esse marco regulatório. “Sem dúvida, o apoio da FAEP foi fundamental para o entendimento de que o biogás e o biometano podem ser de fato algo que agregue valor e aumente a competitividade do agronegócio. Essa participação nas discussões contribuiu muito para sensibilizar a esfera política a aderir nesse processo”, avalia.

Greve dos caminhoneiros

A FAEP e diversos sindicatos rurais, em várias regiões do Paraná, se posicionaram a favor da greve dos caminhoneiros, deflagrada no dia 21 de maio de 2018 em todo o Brasil, e contrários ao aumento abusivo nos preços dos combustíveis. Na ocasião da greve, a Federação encaminhou ofício aos deputados estaduais, parlamentares do Congresso Nacional, à governadora do Estado e ao presidente da Re-





pública, solicitando soluções urgentes para reduzir a carga tributária incidente sobre a gasolina, o diesel e o etanol, que pode chegar a 40% do preço na bomba.

Estudo sobre o frete

Não é de hoje que a logística brasileira joga contra os interesses de quem trabalha e produz. Refém do modal rodoviário, o país se viu paralisado pela greve dos caminhoneiros deflagrada no dia 21 de maio deste ano. Para compreender melhor este delicado momento da nossa economia, a FAEP elaborou o estudo: “Efeitos pós-greve dos transportadores e a política de tabelamento de fretes”, que analisa profundamente as consequências econômicas, tanto do tabelamento do frete, quanto da paralisação dos caminhões, nas principais cadeias produtivas do agronegócio paranaense: soja, milho, leite, bovinocultura de corte, suinocultura e avicultura. Esta última, além da análise da greve dos caminhoneiros, traz dados sobre os prejuízos decorrentes da operação Carne Fraca, da Polícia Federal; do embargo da União Europeia ao frango brasileiro e das tarifas antidumping estabelecidas pela China.

Renegociação de dívidas

No que pese o caráter justo de suas reivindicações, a greve dos caminhoneiros trouxe consequências indesejadas, causando prejuízo bilionário ao setor agropecuário brasileiro. Reflexo desta situação, muitos produtores estão com dificuldades para honrar seus compromissos em operações de financiamento de investimentos contratadas nos bancos e nas cooperativas de crédito.

Na época, a FAEP encaminhou um ofício ao Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Banco Central do Brasil e ao BNDES, solicitando – em caráter de urgência – apoio para que a Secretaria do Tesouro Nacional editasse uma nova portaria, trazendo ajustes na equalização dos juros das operações de financiamento de programas de investimentos contratadas com recursos repassados pelo BNDES.

Para orientar os produtores, a FAEP também enviou um comunicado aos sindicatos rurais de todo Estado, com informações sobre como proceder junto às suas instituições financeiras, trazendo inclusive um modelo do pedido de prorrogação de dívida para ser utilizado pelos interessados.

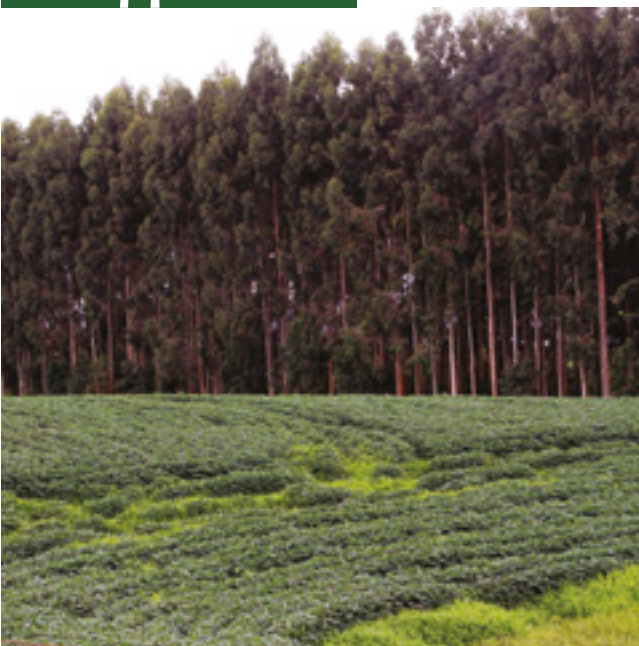
Recursos para armazenagem



A FAEP solicitou providências para melhorar a estrutura de armazéns, fundamentais para o sucesso do agronegócio. Por meio de três ofícios encaminhados aos ministérios da Fazenda, Agricultura e Meio Ambiente, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros órgãos responsáveis pela política nacional de armazenagem, a entidade paranaense pede mais recursos, providências a instituições financeiras para agilizar empréstimos e a inclusão dos armazéns usados na política de financiamento.

Juros vinculados à inflação

Na safra 2018/19, os produtores rurais puderam fazer financiamentos dentro dos recursos previstos no Plano Agrícola e Pecuário (PAP), com a taxa de juros vinculada à inflação. Chamada de taxa pós-fixada, a modalidade é uma das novidades trazidas pelo PAP 2018/19 e abrange as operações de custeio e investimento com prazo maior do que 12 meses. A FAEP elaborou uma nota técnica sobre o assunto que detalha os termos da nova modalidade. O documento explica que os financiamentos com taxa pré-fixada têm taxas equivalentes na pós-fixada. A diferença é que as pós-fixadas são vinculadas ao Fato de Atualização Monetária (FAM), que está relacionado ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). O IPCA é o termômetro oficial da inflação no Brasil.

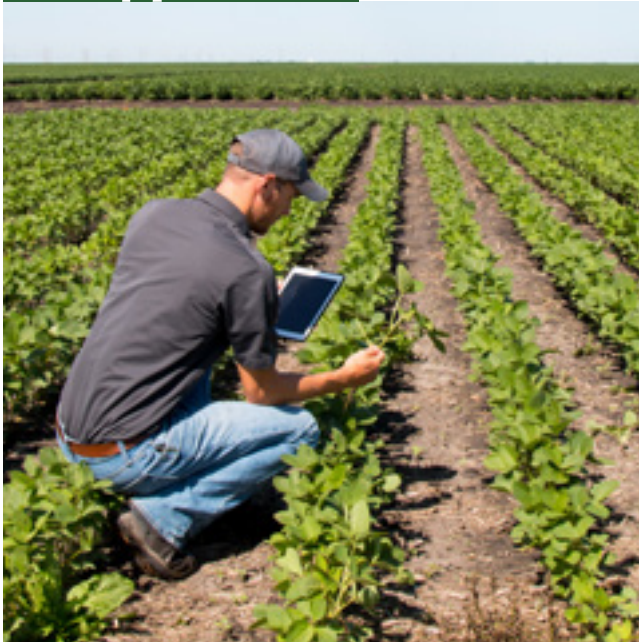


Cortinas verdes

A possibilidade de implantação das cortinas verdes na divisa entre lavouras e cidades inverte a lógica da responsabilidade pelo convívio das áreas urbanas e agrícolas. Em diversos lugares do Estado, os municípios cresceram e tomaram áreas de produção agrícola nas últimas décadas. Agora, uma proposta do Ministério Público do Paraná (MP-PR) tenta responsabilizar os produtores por isso, mesmo estes sem qualquer culpa pelo fato de os bairros urbanos terem chegado às zonas rurais.

A FAEP reagiu e encaminhou a todos os sindicatos um ofício alertando sobre essa legislação e solicitando que acompanhem junto a Câmara Municipal a existência de projetos de cortina verdes e outros semelhantes que possam afetar o setor rural, para que o Sindicato possa impedir a sua aprovação.

A FAEP elaborou uma nota técnica, que traz também nú-



meros dos prejuízos que podem ter que ser assumidos injustamente pelos produtores. Ainda, o documento detalha as consequências de se aplicar a exigência aos produtores. Em uma simulação, em uma propriedade de 41,3 hectares do município de Luiziana, caso seja aplicado o critério dos 300 metros sem defensivos entre a última rua da cidade e a propriedade, sobram apenas 15,7 hectares (38%) para exploração convencional. Considerando que uma certificação orgânica exigiria que vizinhos não usassem defensivos, os 300 metros ficariam com seu potencial comprometido para a produção de alimentos. Afinal sem agroquímicos o potencial produtivo pode ser prejudicado e sem aumento do valor do alimento que porventura consiga se produzir sem o uso da tecnologia.

Convênio na área ambiental

Com o objetivo de desburocratizar e agilizar os processos de licenciamento ambiental para o setor agropecuário paranaense, a FAEP e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) assinaram um convênio que prevê a utilização da estrutura dos sindicatos rurais para emissão de documentos e orientações técnicas.

Com isso, os 177 sindicatos rurais associados à FAEP podem em breve, emitir documentos como Certidão Negativa Ambiental, Dispensa do Licenciamento Ambiental Estadual e orientar o recebimento de documentos para Licenciamento Ambiental. “É importante pensarmos no futuro do Paraná. Esse convênio vai ao encontro de uma meta da governadora que é simplificar e dar agilidade aos processos”, afirmou o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Cadastro automático de produtor

A FAEP obteve mais uma conquista para facilitar a vida do produtor rural. Dessa vez o trabalho da entidade resultou na assinatura de um termo de cooperação, no dia 20 de julho de 2018, entre a Adapar e o IAP. Graças a esse procedimento, as duas entidades irão integrar suas bases cadastrais. Assim, os agricultores que usam defensivos agrícolas em suas atividades não precisam fazer um novo cadastro na Agência, já que o órgão ambiental irá repassar todos os dados necessários que já constam no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Considerando a quantidade de procedimentos burocráticos que os agropecuaristas já precisam cumprir em seu dia a dia, a FAEP interveio junto ao governo do Estado solicitando que fosse proposta uma solução que não exigisse mais uma ida dos agricultores a um órgão público. “Na área rural, as obrigações exigidas dos produtores são pesadas. Mais pesada



ainda porque a maioria não mora nos centros urbanos, onde se situam os escritórios das instituições oficiais. Além disso, numa grande quantidade de municípios não existem esses escritórios onde o produtor possa pleitear os inúmeros serviços e certidões para desenvolver sua atividade”, aponta o presidente da FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Prosolo capacita profissionais

Recentemente, alguns estudos científicos quantificaram os danos causados pela erosão. De acordo com o pesquisador do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) Tiago Telles, o prejuízo causado pela erosão nas lavouras paranaenses temporárias (que precisam ser replantadas todo ano, como soja, milho, trigo, entre outras) chega a US\$ 242 milhões por ano, cerca de R\$ 1 bilhão.

Para retomar as boas práticas conservacionistas no Paraná, a pesquisa científica aplicada é fundamental. O Prosolo, criado a partir de uma iniciativa da FAEP, estabelece ações de apoio por meio da interação entre órgãos públicos e a sociedade civil, com o objetivo de promover a mitigação dos processos erosivos do solo e da degradação dos cursos d’água nos sistemas produtivos, visando à redução de perdas econômicas, sociais e ambientais no meio rural paranaense. Desde que foi criado por meio de um decreto estadual, o Prosolo já capacitou 211 profissionais para a elaboração de projetos de conservação de solo e água na propriedade. Outros 171 estão em curso. Ainda, foram abertas turmas em cinco regiões do Estado que iniciaram as atividades no mês de setembro, com mais 100 alunos.

Na área de pesquisa, foi estabelecida pela Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada a pesquisa em Manejo e Conservação de Solo e Água. Trata-se da maior rede de pesquisa em manejo e conservação de solo do país, onde estão em andamento 35 projetos de 19 instituições entre universidades, fundações privadas de pesquisa e institutos de pesquisa, 147 pesquisadores e 55 bolsas de pesquisa.

Programa de levantamento de solos

Com apoio do Prosolo, Programa Nacional de Solos do Brasil irá fornecer dados para a tomada de decisão em técnicas de manejo, uso e culturas, como para a própria conservação do solo. Uma equipe de técnicos percorre o Estado fazendo coletas de amostras de solo e vegetação ciliar, como parte da implantação do Pronasolos. O material irá servir de base para a elaboração de um levantamento inédito, que irá elevar o conhecimento



sobre solos e as condições das florestas ciliares paranaenses.

O Paraná foi o primeiro Estado a implantar o Programa, pois viabilizou recursos para o levantamento por meio de uma ampla parceria. A união de forças para viabilizar o Pronasolos contou com participação da Secretaria Executiva do Prosolo, sediada na FAEP; Embrapa Florestas; Itaipu Binacional; Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, do Meio Ambiente, do Planejamento e Coordenação Geral; Iapar, IAP, Instituto de Terras, Cartografia e Geociência (ITCG) e a Fapeagro.

Pronasolos

Criado pelo governo federal, o Programa Nacional de Solos do Brasil (PronaSolos) realiza o levantamento de solo em uma escala que permite uma melhor visualização, com suas respectivas interpretações e características. Os mapas atuais não possuem escala viável para o manejo de solo em nível de propriedade, nem para planejamento de microbacias.

Há um ano, o PronaSolos Paraná vem sendo estruturado para o seu desenvolvimento junto às entidades parceiras e para compor o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), criado em 2016 pelo governo do Paraná, com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, para recuperar as boas-práticas agrícolas no Estado.

“Mais uma vez, o Paraná será protagonista de uma ação estratégica de vanguarda em direção à sustentabilidade ambiental e conservações do solo e da água”, ressalta o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Programa Moringa Cheia

O programa Moringa Cheia, que faz parte das ações do Prosolo, contabiliza os primeiros resultados. O projeto-piloto, com a finalidade de aplicar a metodologia, executou obras de controle e recuperação em uma voçoroca no reservatório do Rio Iraí, no município de Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. A área era um passivo ambiental de 17 anos, desde a época da construção da barragem.

Com o resultado, o Moringa Cheia será replicado em outros reservatórios do Estado, possibilitando o manejo adequado dos solos e das águas com preservação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e das microbacias nos mananciais de captação de água. O plano é recuperar áreas em diversas bacias hidrográficas do Paraná até 2022.

O lançamento do Moringa Cheia ocorreu no evento de comemoração de um ano do Prosolo, em setembro de 2017. Essa



“parceria” entre as duas ações ocorre pelo fato do trabalho realizado nas lavouras e áreas rurais ter reflexo direto na qualidade e na quantidade de água disponível para o consumo humano.

Programa de Sustentabilidade Sindical

O término da contribuição sindical compulsória, que passou a ser facultativa a partir da Reforma Trabalhista que entrou em vigor em novembro de 2017, impôs um novo desafio para o sistema sindical. Diante deste cenário, a FAEP desenvolveu o Programa de Sustentabilidade Sindical, que busca debater soluções conjuntas para fortalecer o sistema associativo e melhorar a prestação de serviços aos produtores rurais paranaenses.

No primeiro momento, ocorreu o diagnóstico da situação dos sindicatos, por meio de visitas de técnicos e consultores do Sistema FAEP/SENAR-PR, realizadas nos meses de março a junho de 2018, no sentido de levantar as condições de cada um deles quanto as suas potencialidades e fragilidades, levando em conta os serviços remunerados que prestam, a estrutura funcional sob a ótica de capacidade para atender aos serviços, os equipamentos e a liderança de seus diretores entre os produtores rurais em suas respectivas áreas de atuação. No momento seguinte foram tabulados os dados, resultando em um plano de trabalho, denominado Modelo de Negócio.

Para implementar o Modelo de Negócio, a FAEP ofereceu aos sindicatos consultoria técnica. Nessa consultoria, 108 sindicatos receberam o resultado individualizado do diagnóstico nos meses de setembro e outubro e apoio para estabelecer uma estratégia de sustentabilidade a partir de novembro. A montagem do programa levantou os serviços que os sindicatos rurais poderiam implantar com remuneração, que foram colocados à disposição e sobre os quais foram elaborados cursos para funcionários dos sindicatos que se dispuserem a fazer parte da iniciativa.

Levantamento de custos de soja MIP

Em contribuição aos excelentes resultados que vêm sendo obtidos com a implantação do Monitoramento Integrado de Pragas (MIP) na cultura da soja, por meio do curso Inspetor de Campo em MIP oferecido pelo SENAR-PR, a FAEP implantou, em agosto de 2018, o projeto de levantamento de custos MIP, em parceria com a Embrapa Soja. O objetivo é identificar os ganhos financeiros obtidos pelos produtores com a redução na aplicação de defensivos nas lavouras de soja devidamente monitoradas.

O projeto está sendo realizado com o acompanhamento de 16 produtores de soja, alunos do curso citado, levantando os custos de produção da propriedade durante toda a safra



2018/19, não só da soja, mas também das culturas de inverno que venham a ser conduzidas. De posse de todos os dados das propriedades e das atividades, os técnicos das duas entidades, FAEP e Embrapa, elaborarão os cálculos dos custos de produção para fins de comparação e identificação de economia gerada pela implantação do MIP.

Calendário contra a ferrugem

O prazo para a semeadura da soja no Paraná continua sendo até o dia 31 de dezembro. A Adapar havia aberto uma consulta pública, por meio da portaria nº 264/2018, para discutir o calendário de plantio da oleaginosa e outras medidas de controle da ferrugem asiática no Estado. Após ouvir diversos setores do agronegócio do Paraná, como o Sistema FAEP/SENAR-PR, Ocepar, Sindicatos Rurais, representantes da indústria de agroquímicos, além de órgãos de pesquisa, como Iapar e Embrapa Soja, a Adapar publicou, posteriormente, uma Nota Técnica onde esclarece que, após consultar o setor envolvido, fica valendo a Portaria nº 202, de 19 de julho de 2017, que limita o prazo máximo para a semeadura de lavouras de soja até 31 de dezembro de cada ano agrícola. O período de vazio sanitário vegetal - quando não pode haver planta de soja viva em campo - também continua sendo entre 10 de julho e 10 de setembro.

Segregação do trigo no Estado

Há anos, por meio da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas, a FAEP debate a necessidade de se investir na segregação do trigo. Isso é fundamental para a evolução da cadeia como um todo. A Federação atua em projetos para incentivar a segregação do cereal e promover o reconhecimento da qualidade das cultivares e os parâmetros que compõem os produtos finais. O setor moageiro já se mostrou disposto a caminhar nesse sentido junto aos produtores rurais que têm uma vantagem direta na remuneração fazendo esse tipo de ação. Os próprios órgãos públicos também estão sendo envolvidos. Temos muito a avançar, mas a partir da coesão das ideias, acreditamos que vamos desenvolver a triticultura no Paraná.

Zarc do Trigo

O Zarc do trigo atende uma demanda da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, que avaliou que o antigo instrumento induzia produtores a plantar em períodos impróprios. A entidade solicitou, junto ao Mapa e à Embrapa,



novos estudos para melhorar a metodologia da pesquisa.

O novo estudo expressa com maior precisão os riscos de geadas e de chuva excessiva, visando mitigar os riscos de produção. O trigo possui um padrão oficial de classificação mais rigoroso que outras culturas devido aos requisitos de qualidade exigidos pela indústria moageira para a produção das farinhas. Esses aspectos qualitativos estão diretamente relacionados ao manejo a campo e às condições climáticas regionais, além de outros fatores. Além das sugestões enviadas no ano passado, os técnicos da FAEP participaram ativamente das reuniões para discussão do novo Zarc e para avaliação da metodologia e, posteriormente, da confirmação dos dados.

Zarc de culturas perenes

No último ano, a Secretaria de Política Agrícola do Mapa revogou diversas portarias de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) referentes a culturas perenes, em sua maioria frutas. Dentre as culturas que tiveram o Zarc revogado no Paraná estão ameixa, citros, maracujá, nectarina, pera e pêssego. O Zarc é um instrumento que orienta a gestão de riscos na agricultura, indicando as áreas mais apropriadas para determinada atividade e as janelas para a produção. Com isso, muitos agentes financeiros condicionam a concessão de crédito rural à observância destes parâmetros.

Ocorre que esta prática não é obrigatória, conforme o Manual de Crédito Rural (MCR). Para orientar os produtores de culturas perenes como proceder nestes casos, a FAEP elaborou uma nota técnica, onde esclarece que “não existe menção no MCR quanto à vinculação direta do crédito rural com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático. Trata-se de decisão do agente financeiro de somente fornecer crédito ao produtor rural quando existe indicação de plantio pelo Zarc”.

Atuação na cafeicultura

A cafeicultura vive um momento especial no Paraná. Diversas ações têm apontado para mudanças de cenário, que aposta na qualidade dos grãos para garantir a entrada do produto paranaense no mercado de cafés especiais (ou gourmet), que remuneram melhor. Todas estas transformações vêm sendo acompanhadas pela FAEP, que atua em diversas frentes para que a cadeia possa se desenvolver como um todo, expressando seu potencial.

Dentre os fatos recentes que podem indicar um novo cenário para a produção cafeeira paranaense está o Projeto de Lei (PL) nº 427/2018, de autoria do deputado José Carlos Schia-



vinato, que “institui a política estadual de incentivo à produção de café de qualidade”. O PL prevê, entre outros pontos, a compra pelo Estado de cafés de qualidade produzidos por grupos organizados (associações, cooperativas, etc.) para o consumo dos órgãos públicos, criação de linhas de crédito e outros tipos de incentivo para a produção do grão especial.

O PL foi proposto com base em uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), que contou com a participação da FAEP e dos sindicatos rurais de Londrina, Rolândia, Congoinhas, Apucarana, Pirapó, Centenário do Sul, Curiúva, Ibaiti e Figueira, onde existe representativa produção cafeeira. Na ocasião, o gerente da Câmara Setorial do Café do Paraná, Walter Ferreira Lima, apresentou aos deputados uma lista de propostas para nortear a criação de políticas públicas que favoreçam a atividade, como, por exemplo, a criação de um plano de renovação de lavouras e ampliação do parque cafeeiro do Estado, além de investimentos na contratação e qualificação de profissionais na pesquisa, assistência técnica e extensão rural, para atender a cadeia produtiva. Vários destes pontos foram contemplados no PL.

Minor Crops

Uma metodologia desenvolvida pela FAEP para o levantamento das demandas das culturas com suporte fitossanitário insuficiente – as chamadas Minor Crops – será utilizada em todo o Brasil. No dia 7 de outubro, as entidades representativas dos setores de frutas e hortaliças no cenário nacional constituíram o Grupo de Trabalho Minor Crops Brasil, formado por mais de 40 instituições, entre Federações da Agricultura (como a FAEP), associações de produtores, órgãos de governo, pesquisa e outras entidades representativas, sob o comando do Instituto Brasileiro de Horticultura (Ibrahort).

O objetivo é promover um trabalho de abrangência nacional para identificar quais as culturas estão carentes de produtos para o seu manejo e posteriormente articular estas demandas junto às indústrias de agroquímicos e às entidades registrantes, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em 2016, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, juntos, promoverem o levantamento das demandas de Minor Crops nos três Estados. Na ocasião, também foi utilizada a metodologia desenvolvida pela FAEP, que agora será expandida para todo Brasil.

Combate a formigas cortadeiras



Para se alimentar, as formigas cortadeiras (como a saúva, por exemplo) consomem uma grande quantidade de matéria vegetal, podendo causar sérios danos econômicos à atividade agropecuária, se não forem controladas. Atento a este fato, o Sindicato Rural de Paranavaí realizou campanha “Manejo e Controle de Formigas Cortadeiras”, com a participação de entidades como Sistema FAEP/SENAR-PR, Emater, Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). O objetivo é informar os produtores para atuarem com intensidade neste momento de reprodução dos insetos para evitar maiores dores de cabeça no futuro. Para orientar os participantes, o Sindicato promoveu uma palestra com a bióloga e doutora em entomologia (área da ciência que estuda os insetos), Mariane Aparecida Nickele.

Plantio milho e feijão 2º safra



O pedido da FAEP junto ao Mapa, no início de fevereiro, teve resultados práticos para os produtores paranaenses. O Diário Oficial da União, publicado no dia 6 de fevereiro, traz a retificação das portarias que estabelecem o Zarc do milho safrinha e feijão 2ª safra para a temporada 2017/18 no Paraná. No ofício enviado pela Federação constava o pedido de aumento de 20 dias no Zarc para 170 municípios produtores do cereal e 176 da leguminosa.



A solicitação da FAEP surgiu a partir da demanda dos agricultores, que não poderão semear o milho e o feijão no período recomendado em função do prolongamento do ciclo da soja. O atraso na oleaginosa ocorreu em função das condições climáticas adversas em praticamente todas as regiões do Estado. A seca nos meses de setembro e outubro impediu o plantio da soja em praticamente todas as regiões. Nos meses seguintes, as chuvas em excesso e a baixa luminosidade em função dos dias nublados prolongaram o desenvolvimento das plantas.

Uso correto de agroquímicos

Em fevereiro de 2018, o uso correto de agroquímico no Paraná esteve em debate. Em uma audiência pública convocada pelo deputado estadual Rasca Rodrigues (PV-PR), presidente da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), políticos, especialistas e representantes de entidades públicas



e privadas apontaram argumentos sobre a "aplicação" de agrotóxicos em torno de cidades e aglomerados urbanos'. A discussão caminhou para a necessidade do reforço da capacitação e assistência técnica no campo, principalmente junto aos pequenos produtores, além da maior fiscalização na comercialização e aplicação dos produtos.

A FAEP trouxe especialistas sobre o assunto que relataram a importância do uso correto e seguro de agrotóxico, preconizando a adoção de boas práticas agrícolas para diminuição dos riscos para o trabalhador, meio ambiente e população. A FAEP acompanha as discussões sobre esse assunto sempre enfatizando a importância do uso da referência técnica científica para a tomada de decisões.

— **Modernização da regulamentação de defensivos agrícolas**

O Paraná avançou na direção à modernização da regulamentação dos defensivos agrícolas no Estado. No dia 12 de dezembro, as secretarias de Meio Ambiente (Sema) e Agricultura e Abastecimento (Seab), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) assinaram uma resolução conjunta sobre o tema. O documento veio à tona após um pedido da FAEP para que uma norma antiga fosse revogada.

Pela decisão em conjunto dos órgãos estaduais, deixa de vigorar a Resolução SEIN nº 22, de julho de 1985. Ao longo do tempo, a maioria dos dispositivos previstos na resolução foram perdendo sua adequação em relação às novas legislações. Contudo, a norma continuava sendo aplicada pelos órgãos ambientais e pelo Poder Judiciário. Para modernizar a regulamentação, a FAEP se reuniu com o Secretário da Agricultura e apresentou as consequências da vigência dessa resolução. Como resultado, a Adapar solicitou ao IAP a criação de um Grupo de Trabalho. Este foi instituído pela Portaria nº 187/2017 para rever a resolução.

Para subsidiar os debates, a FAEP elaborou uma análise técnica e jurídica esmiuçando a situação. Esse estudo mostrou que a Resolução nº 22, de julho de 1985 "é sobreposta a outras leis, pois, existe ampla legislação que aborda a poluição por agrotóxicos, atendendo aos conceitos atuais e ao determinado pela Constituição". E ainda: "está desatualizada, pois, algumas instituições foram substituídas e suas atribuições foram distribuídas em duas ou três outras instituições", pontuou o documento da federação.



Prorrogação da Revisão do TC

A FAEP solicitou ao IAP a prorrogação para revisão dos Termos de Compromisso (TC) que terminava em 31 de março de 2018. O IAP prorrogou o prazo para 31 de dezembro de 2018, para que os produtores rurais protocolem o pedido de revisão dos TC do extinto Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sisleg).

Semente certificada

No início de 2018, a Associação Paranaense dos Produtores de Sementes e Mudanças (Apasem), em parceria com diversas entidades do agronegócio paranaense, inclusive o Sistema FAEP/SENAR-PR, lançou a campanha 'Tenha uma atitude legal: use sementes certificadas'. O trabalho de conscientização dos produtores para a importância do material com origem envolve diversas ações, inclusive legislação e fiscalização.

Apesar da vasta lista de benefícios no uso de sementes certificadas, muitos produtores ainda optam pelo material pirata. Estudo elaborado pela Apasem aponta um elevado percentual de sementes informais nas principais culturas adotadas no Paraná. Na soja, principal *commodity* agrícola estadual, 30% dos materiais são informais, enquanto no feijão, que tem o Paraná como o maior produtor nacional, o índice é de 85%.

Fiscalização dos fertilizantes

Insumo de grande importância para a agricultura, os fertilizantes passarão a ser fiscalizados também nas propriedades rurais, para auferir a qualidade dos produtos entregues pelas indústrias. No início de 2018, a FAEP e a Adapar assinaram um termo de cooperação para a troca de informações, no sentido de identificar os produtores interessados em participar desta ação. A iniciativa tem como objetivo cobrir uma lacuna da fiscalização que se refere aos produtos que vão diretamente da indústria para o consumidor.

Essa demanda surgiu da própria classe produtora durante uma reunião da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP. Até então, a Adapar fiscalizava a qualidade dos fertilizantes nos estabelecimentos comerciais. Porém, existia o receio quanto à qualidade quando o produtor adquire estes produtos diretamente do fabricante.

Consecana



Em dezembro de 2018 o Consecana Paraná (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar), Açúcar e Álcool do Estado do Paraná, completou 18 anos, com a realização de 226 reuniões. O Consecana Paraná, resultado da parceria entre FAEP e a Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (Alcopar), com assessoramento técnico da (UFPR), veio pôr fim à insegurança instituída na época e consolidou-se no Estado como o único fórum acreditado para definir o valor de referência justo para remuneração da cana-de-açúcar

Em fevereiro de 2018, o setor industrial concordou com a instituição de um grupo de estudo para analisar a proposta, porém a evolução do quadro político e econômico do país mostrou não haver um ambiente favorável para levar a bom termo as discussões.

Conseleite

O Conselho Paritário das Indústrias e Produtores de Leite do Paraná completa em 2018 seu 16º ano de existência. Desde 29 de outubro de 2002, produtores e indústrias se reúnem na terça feira mais próxima do dia 15 de cada mês para debater a comercialização dos produtos lácteos no atacado.

Ao longo de sua existência, foram realizadas 192 reuniões do Conseleite Paraná, com a publicação da resolução no endereço eletrônico da iniciativa e o registro dos assuntos debatidos em ata. A importância da iniciativa foi reconhecida nacionalmente, com demais estados adotando a mesma política para a formação de preços. Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul já dispõem de respectivos Conselho, e o maior produtor nacional, Minas Gerais, está em processo bastante avançado para a implantação da ferramenta, com apoio direto do Conseleite Paraná.

Aliança Láctea Sul Brasileira

Em novembro, a coordenação da Aliança Láctea Sul Brasileira, fórum que reúne produtores e indústrias do setor leiteiro nos três Estados da região Sul, passou para o secretário estadual de Agricultura e Pesca de Santa Catarina, Airton Spies. A transferência do comando acontece por meio de um rodízio em que se revezam dirigentes do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 2018, o coordenador foi o diretor executivo do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (Fundeppec) e assessor da presidência da FAEP, Ronei Volpi.





A Aliança Láctea e a FAEP tiveram papel fundamental para que a voz do setor produtivo fosse ouvida na elaboração da legislação que rege a qualidade do leite nacional. Nesse episódio, foram feitas – e acatadas – diversas contribuições às portarias nº 38 e 39 do Mapa. A sanidade, outra preocupação da Aliança Láctea Sul Brasileira, esteve constantemente em pauta nas reuniões do fórum.

Normativa para cadeia leiteira

O trabalho conjunto da FAEP e diversas instituições da cadeia leiteira teve resultado prático para os produtores da região Sul do país. Das 36 propostas elencadas em discussões da Aliança Láctea Sul Brasileira como contribuição à consulta pública das portarias nºs 38 e 39, 17 foram acatadas total ou parcialmente pelo Mapa. Ambas as portarias tratam sobre parâmetros e procedimentos a serem seguidos nas diversas fases da produção, transporte e processamento de lácteos, em substituição à Instrução Normativa (IN) nº 62. Ainda, o grupo segue no esforço para que as outras contribuições também entrem na pauta do órgão federal, via Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados.

Essa corrente de mobilização começou em abril de 2018, quando o Mapa colocou em consulta pública as portarias mencionadas, que, além dos aspectos envolvendo as fases da produção, transporte e processamento de lácteos, definem ferramentas e espaços usados dentro da cadeia (o que é granja leiteira, contagem padrão em placas, boas práticas agropecuárias), entre outros aspectos. A FAEP acompanhou a consulta pública e participou das discussões, com o objetivo de propor adequações à nova Normativa.

Nova regulamentação para a qualidade do leite

A partir deste ano, os produtores e empresas que beneficiam o leite terão que obedecer a uma nova regulamentação. As novas Instruções Normativas (INs), que passam a valer em 30 de maio, regem a produção, transporte, acondicionamento, beneficiamento e armazenagem do leite no Brasil. Para chegar ao novo regramento, houve um longo processo, que incluiu a participação de entidades ligadas ao setor produtivo. Entre abril e junho deste ano, as consultas públicas promovidas pelo Mapa contaram com participação ativa da FAEP e a Aliança Láctea Sul Brasileira, com contribuições significativas. Em linhas gerais, o documento dita as regras



para a produção e ordenha do leite na propriedade, assim como sua armazenagem até a coleta pelo laticínio.

O SENAR-PR se antecipou a essas questões e estruturou o curso 'Boas Práticas Agropecuárias em Propriedades Leiteiras', disponível aos produtores e trabalhadores do Estado. O curso contempla todos os itens fundamentais para a adequação das propriedades, melhoria dos indicadores produtivos e de qualidade.

Programa de Cultivo de Grãos e Pastagens

O termo de cooperação técnica para a continuidade do Programa Milho, Feijão e Pastagens após a colheita do tabaco no Paraná foi renovado. No dia 11 de dezembro, representantes da Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), FAEP, Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep) e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) assinaram a renovação, na sede da Seab.

O programa permite otimizar o uso das áreas rurais, fazendo com que a renda dos produtores seja maior. Ainda, o programa de fomento à diversificação apresenta vantagens para os produtores, como melhor utilização dos recursos da propriedade e, conseqüentemente, incremento na renda.

Sistemas integrados de produção

A bovinocultura de corte vive um momento singular no Paraná. Um caminho para desenvolver esta cadeia no Estado é a adoção dos Sistemas Integrados de Produção Agropecuária (Sipas), como a Integração Lavoura-Pecuária (ILP), que une a bovinocultura de corte à produção de grãos, trazendo benefícios para ambas atividades. A utilização dos Sipas, como o ILP e ILPF, está entre as orientações do programa Pecuária Moderna, lançado em 2015 pelo Sistema FAEP/ SENAR-PR, em parceria com o governo do Estado e diversas entidades, com objetivo de desenvolver a pecuária de corte no Paraná.

Os treinamentos promovidos pelo programa já formaram um batalhão de técnicos capacitados para conduzir a bovinocultura de corte nas diversas regiões do Estado. Desde 2017, 100 técnicos, entre agrônomos, médicos veterinários e zootecnistas, já passaram pelos treinamentos do Pecuária Moderna. Ao longo deste processo, esses profissionais desenvolveram projetos em propriedades cadastradas no programa, onde tiveram que aplicar na prática o que aprenderam na teoria.

Dia de Campo do Programa Pecuária Moderna

No dia de 13 de novembro, mais de 250 produtores estiveram reunidos em Loanda, na região Noroeste do Estado, para debater sobre produção integrada de madeira e bovinos de corte. O Dia de Campo, que faz parte do Programa Pecuária Moderna, foi promovido pela Emater, em parceria com o Sistema FAEP/SENAR-PR, Prefeitura Municipal de Loanda e Mapa. Dividido em duas partes, o seminário favoreceu a troca de informações e discussão de negócios entre os organizadores e os produtores rurais. As quatro cooperativas de carne, com foco no comércio na região Noroeste, e duas indústrias madeireiras apresentaram suas propostas de compra.

Qualificação de técnicos

A região Norte do Estado tem passado por uma transformação na bovinocultura de corte. Com a finalização de uma turma de 31 técnicos do treinamento Pecuária Moderna, um time de especialistas está capacitado para orientar a produção de carne nas propriedades da região. Todos já estão implantando práticas que aprenderam em temas como gestão, manejo, reprodução, alimentação, manejo de pastagens, entre outros.

Os professores, escolhidos de forma criteriosa, são sempre as principais referências do mercado em suas áreas. As turmas são formadas por veterinários, zootecnistas e engenheiros agrônomos. Eles são o público-alvo justamente para turbinar a assistência técnica demandada pelos pecuaristas. Assim, a transformação da pecuária começa a ser cada vez mais disseminada no cotidiano, durante a prestação de serviços de assistência técnica nas mais diversas propriedades em que eles atuam.

Dispensa do licenciamento ambiental para a pecuária de corte

Por meio de um trabalho intenso da diretoria e da equipe técnica da FAEP, os pecuaristas envolvidos com a bovinocultura de corte em sistemas extensivo e semiconfinado estão isentos do licenciamento ambiental, fornecido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), independentemente do número de animais. Diante da decisão, os pecuaristas podem tomar crédito junto aos agentes bancários sem a necessidade de anuência do Instituto Ambiental do Paraná. Na ocasião, a FAEP havia enviado ofício ao IAP, pedindo esclarecimento a respeito da isenção de licenciamento ambiental para atividade de bovinocultura de corte em sistema extensivo e semi-





confinado, conforme artigo 6º da portaria IAP nº 29: “Ficam isentos de Licenciamento Ambiental as atividades de bovinocultura de corte em sistemas extensivo e semiconfinado.”

Nova diretoria do Fundepec

Em outubro, os integrantes do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (Fundepec) escolheram, por aclamação, os membros da diretoria para os próximos três anos (2018-2021). A eleição contou com a participação de representantes das 11 instituições que formam o conselho deliberativo da entidade. Na ocasião, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, foi reconduzido ao posto de presidente do Fundepec. A diretoria manteve Ronei Volpi na posição de diretor executivo da entidade.

Criado em 1996, o Fundepec é uma instituição sem fins lucrativos, formada por 11 entidades do setor privado ligadas a produção animal. Entre tantos objetivos, o principal é dar suporte ao desenvolvimento do agronegócio estadual com ações de defesa sanitária. Ainda, o Fundepec administra os fundos emergenciais para eventuais problemas sanitários na pecuária paranaense.

Norma de biossegurança

Mais uma vez, o Paraná saiu na frente para garantir a biossegurança da suinocultura. Em setembro de 2018, a Adapar publicou a Instrução Normativa nº 265, instrumento que regulamenta as boas práticas voltadas à prevenção e controle de doenças infecciosas nos locais onde ocorre a criação de suínos. O Estado é o primeiro entre todas as unidades da federação a ter um regulamento dessa natureza.

O documento teve a contribuição importante da FAEP ao longo da sua elaboração, já que todas as sugestões enviadas pela entidade foram atendidas. As contribuições ao texto original foram coletadas pela Adapar em uma audiência pública, durante reunião do Comitê Estadual de Sanidade Suídea (COESUI).

Consulta Pública sobre a Portaria 195

No segundo semestre de 2018, o Mapa abriu uma consulta pública sobre a Portaria 195, que visa gerar uma Instrução Normativa para regulamentar a suinocultura no país. O texto, publicado em Diário Oficial no dia 10 de julho de 2018, permitia que os interessados em participar da construção desse documento pudessem contribuir.

No Paraná, a FAEP liderou os debates por meio da organização de representantes dos produtores, cooperativas,



agroindústrias, poder público e pesquisadores. O objetivo foi construir uma regulamentação sólida sobre o bem-estar animal. A preocupação da FAEP com as consultas públicas fez com que o Sistema saísse na frente nas pautas de defesa dos interesses do produtor. Com a vontade de que as propostas de melhorias da Portaria 195 sejam aplicáveis e efetivas, um grupo de trabalho foi criado, com participação de representantes do setor, poder público, instituições de ensino, agroindústrias, cooperativas, associações de produtores e técnicos para revisar esse documento, representando os interesses dos suinocultores paranaenses.

Emissão de Guia de Trânsito Animal

A morosidade na emissão das Guias de Trânsito Animal e dificuldades de atendimento em algumas regiões do Estado que não dispõem de escritório da Adapar, pautaram o estabelecimento de parceria entre o Sistema FAEP/SENAR-PR e a Agência, para autorizar os Sindicatos Rurais a emitir o documento.

Destinação de animais mortos

O Instituto Ambiental Paraná (IAP) editou a Portaria nº 106/2018 que regulamenta o descarte de animais em situações de emergência. A Portaria atende a solicitação da FAEP que, devido à greve dos caminhoneiros, vinha recebendo relato dos produtores sobre perda de suínos e aves sem a possibilidade de descarte dos animais mortos. De acordo com a portaria, estão dispensados de licenciamento os casos em que seja determinado o sacrifício sanitário dos animais, que a mortandade seja causada por problemas de manejo, inclusive falta de alimentação e em situações causadas por eventos climáticos severos. A Portaria tem efeito sempre que houver alguma situação de emergência, passam a valer essas normas flexibilizadas para a destinação das carcaças de animais mortos.

Treinamentos para avicultores e suinocultores

Para ajudar avicultores e suinocultores paranaenses a negociarem com mais propriedade e conhecimento, a FAEP realizou uma série de treinamentos, tanto voltados aos membros das Cadecs, quanto a instrutores da entidade. Num segundo momento, esses profissionais se tornarão multiplicadores deste conhecimento, repassando-o aos integrantes das comissões de suas respectivas regiões.



O treinamento sobre “Técnicas de Negociação” nas Cadecs aconteceu voltado aos instrutores do SENAR-PR. Este foi o último módulo de um projeto-piloto que tem por objetivo promover a capacitação técnica dos membros de Cadecs. O primeiro módulo foi “Noções Jurídicas Aplicadas aos Contratos de Integração” e o seguinte “Técnicas de Organização e Condução de Reuniões”.

Cadecs minimizam prejuízos

Em abril de 2018, a União Europeia (UE) desabilitou 20 plantas industriais brasileiras, sendo oito no Paraná, para exportar carne de frango para aquele bloco de países. O motivo declarado pela autoridade sanitária europeia foi a detecção de deficiências no sistema oficial de controle sanitário do Brasil, verificadas na Operação Trapaça, um dos desdobramentos da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal.

No caso das integradoras, existem Cadecs ativas junto a três das quatro agroindústrias embargadas. Nestas unidades, desde o anúncio da suspensão das exportações para a UE, houve oportunidade de negociação que minimizou os impactos negativos junto aos avicultores integrados.

No caso da Comissão formada junto à unidade da BRF de Toledo, na região Oeste, ficou acertado um valor que será pago aos produtores que ficarem com o aviário vazio. São R\$ 0,15 por metro quadrado de aviário por dia. Nesse caso, um aviário de 1,2 mil m² receberá R\$ 180 por dia parado. No caso da Cadec formada junto à unidade da BRF em Carambeí, nos Campos Gerais, os produtores receberam, em média, um valor de R\$ 1.640 por mês para um aviário de 1,2 mil m². Este valor seria relativo aos custos com energia elétrica e outros, mas não cobre eventuais financiamentos assumidos pelos produtores.

Outra consequência do embargo europeu foi o fechamento da unidade da BRF de abate de perus em Francisco Beltrão, na região Sudoeste. Neste episódio, a atuação da FAEP/SENAR-PR foi fundamental para dar segurança aos produtores na hora de negociar as rescisões contratuais. Além da questão dos contratos, o SENAR-PR se colocou à disposição dos interessados em migrar da produção de perus para a criação de frangos e/ou outra atividade agropecuária.

Consolidação do Núcleo de Cadecs

Com a sanção da Lei nº 13.288/2016, conhecida como “Lei da Integração”, em maio de 2016, a nova legislação trouxe a figura das Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs), que



devem ser instaladas junto às unidades industriais. Estas comissões são espaços para uma negociação equilibrada.

No Paraná, a FAEP vem trabalhando há mais de cinco anos para que as relações entre produtores e agroindústrias sejam mais justas. Com a aprovação da Lei da Integração, a Federação deu todo o suporte para que a criação das Cadecs vingasse no Estado. Na etapa seguinte, o Sistema FAEP/SENAR-PR lançou o Núcleo de Cadecs do Paraná, com a prerrogativa de proporcionar a troca de informações entre as Cadecs do Estado, podendo assim encampar as lutas que forem comuns à maioria das comissões em instâncias superiores de negociação. Essa estratégia tem como finalidade melhorar a representatividade dos produtores integrados para reivindicar condições justas de produção e remuneração.

Indústrias aprovam Núcleo de Cadecs

Em setembro de 2018, o Núcleo de Cadecs do Paraná, projeto desenvolvido e coordenador pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, esteve na pauta das cadeias produtivas de aves e suínos do Estado. Na ocasião, a forma de atuação do Núcleo de Cadecs para o fortalecimento e sustentabilidade do setor produtivo foi apresentado, em detalhes, para as integrantes das unidades industriais, reforçando o objetivo de estreitar e tornar mais dinâmico o diálogo entre os elos da cadeia.

“O Núcleo fortalece ainda mais as Cadecs. Essa ferramenta dá respaldo para o trabalho. Quando a Comissão de uma indústria não conseguir resolver uma eventual pendência”, ressaltou Carlos Bonfim, presidente do Núcleo de Cadecs. Hoje, 95% das 33 unidades industriais de avicultura e 25% das 11 de suinocultura contam com Comissões constituídas.

Curso sobre ITR

Com objetivo de capacitar os colaboradores dos sindicatos rurais a atenderem melhor os produtores paranaenses, a FAEP realizou um curso sobre Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), em agosto de 2018, em Curitiba. A iniciativa teve como público-alvo funcionários dos sindicatos rurais de todas as regiões do Estado, que prestam serviço de declaração de ITR aos seus associados. Na ocasião foram realizadas duas turmas, totalizando 30 participantes. Com duração de 12 horas, o curso abordou o uso do software da Receita Federal, utilizado para fazer a declaração, erros frequentes e soluções.

Curso sobre eSocial e Leis Trabalhistas

Nos meses de junho e julho de 2018, a FAEP promoveu cinco turmas de uma formação sobre o eSocial, novo sistema eletrônico de registro, elaborado pelo governo federal, para facilitar a administração de informações relacionadas aos trabalhadores e as leis trabalhistas. Os encontros foram voltados a funcionários dos Sindicatos Rurais que prestam serviços de folha de pagamento aos produtores.

Curso de NFP-e

A partir de 2019, com a exigência da Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e) para operações interestaduais, os produtores rurais do Estado terão que realizar algumas mudanças em seus sistemas. Para se adequar a esse cenário, a FAEP promoveu treinamento, em parceria com a Receita Estadual do Paraná, destinado a funcionários de Sindicatos Rurais.

O objetivo é preparar um time de profissionais em todo Estado que estejam aptos a dar o suporte necessário aos produtores rurais paranaenses, quando entra em vigor a obrigatoriedade da NFP-e nas operações interestaduais.

Curso sobre Imposto de Renda

A FAEP realizou um treinamento voltado aos funcionários de diversos sindicatos rurais do Estado para auxiliar os associados na declaração de imposto de renda. O curso "Imposto de Renda Nível Avançado" aprofunda os conhecimentos dos participantes de modo a interpretar melhor a legislação pertinente, principalmente em relação às situações mais específicas e comuns à atividade rural. Foram realizadas duas turmas, que reuniram ao todo 43 participantes, entre funcionários e gestores sindicais e funcionários do Sistema FAEP/SENAR-PR. As aulas aconteceram em Curitiba.

Comando do Sebrae-PR

No dia 10 de dezembro, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, passou a presidência do Conselho Deliberativo Estadual (CDE) do Sebrae-PR a Darci Piana, eleito para o cargo no dia 26 de novembro, que assume o posto a partir de 1º de janeiro de 2019. Em seu mandato no colegiado (2017 e 2018), Meneguette iniciou um processo de transformação digital, além de ter sido o responsável





por costurar um esforço coletivo para viabilizar o atendimento de mais de 350 mil empresas. Meneguette continua integrando o CDE, como conselheiro.

Na presidência do Conselho, Meneguette impulsionou a criação de canais digitais, como estratégia de atendimento focada em ambiente de negócios, educação empreendedora, gestão empresarial, inovação, liderança e startups. Com isso, o Sebrae pode ajudar a simplificar processos e gestão no Estado.

Conselho de Administração da APPA

O engenheiro agrônomo e consultor da FAEP, Nilson Hanke Camargo, foi alçado ao posto de presidente do Conselho Administrativo da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA). Camargo foi eleito por unanimidade pelos demais conselheiros, no dia 26 de julho de 2018, durante a 47ª reunião ordinária do conselho de administração da entidade portuária. A APPA é uma empresa pública responsável pela gestão dos portos paranaenses, que são cedidos ao Estado pela União por meio de um convênio de delegação com vigência até 2027, podendo ser renovado.

Esse Conselho tem como prerrogativa aprovar todas as decisões administrativas da empresa. Ao presidente do Conselho, cabe conduzir essas reuniões, podendo incluir ou excluir itens da pauta de discussão. Este Conselho é formado por representantes dos funcionários dos portos, do setor produtivo e do governo estadual. Na condição de conselheiro, Camargo era representante do setor produtivo. Agora na condição de presidente, continuará a encampar as demandas deste setor.

G7, governo do Paraná e Itaipu fecham parcerias com o Paraguai

Um acordo de cooperação técnica entre o G7 (grupo formado por sete entidades que representam as forças produtivas do Paraná) e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI) foi assinado. A parceria tem por objetivo tirar do papel o projeto “Políticas públicas e fiscais para a melhoria do ambiente político e empresarial do Estado do Paraná”, que prevê ações e programas de desenvolvimento específicos nos 24 territórios paranaenses, ao longo dos próximos quatro anos, com apoio financeiro de Itaipu.

Além disso, a convergência de esforços deve viabilizar outros projetos importantes, como a construção de



duas novas pontes entre Brasil e Paraguai, financiadas pela Itaipu. A expectativa é de que as obras sejam anunciadas oficialmente ainda neste mês. As novas ligações devem impulsionar ainda mais o negócio entre os dois países. Entre 2002 e 2013, o fluxo de comércio bilateral saltou de US\$ 942 milhões para US\$ 4 bilhões, segundo os dados do Ministério de Relações Exteriores.

Internet no campo

Diante da necessidade urgente de ampliar o acesso à internet no campo, a FAEP promove, há vários anos, uma série de ações para levar o serviço aos produtores rurais paranaenses. Ainda em 2017, a Federação reuniu diversos representantes de órgãos públicos relacionados a telecomunicações, além de empresas privadas do setor. Uma dessas organizações, a Hughes, conseguiu viabilizar um teste de conectividade.

Ainda, o ambiente virtual possibilita o aprendizado em qualquer lugar onde possam ter acesso à internet. A plataforma de Educação a Distância permite ampliar a abrangência da qualificação entre os produtores, trabalhadores e profissionais ligados ao campo, com a disponibilização de conteúdos com a mesma qualidade já consagrada nos cursos presenciais do SENAR-PR.

Prevenção à violência no campo

O governo do Paraná, com o apoio da FAEP, elaborou uma cartilha sobre segurança rural. O material é fruto de estudos realizados pela Polícia Militar, com base em dados da corporação, além de relatos de moradores, produtores e sindicatos rurais. Depois de visitas para analisar algumas propriedades vítimas de furtos, roubos e outros ilícitos, o material de 40 páginas ilustradas foi desenvolvido.

A cartilha mostra, de forma didática, como algumas mudanças relativamente simples podem reduzir os índices de violência. A Polícia Militar orienta desde sugestões para adequações estruturais até aspectos de comportamento. “Criando-se uma cultura de prevenção, que seja baseada em medidas simples e sem custo na maioria dos casos, teremos níveis muito melhores de segurança e paz neste setor fundamental para a sociedade: o meio rural”, aponta o material.







SENAR-PR DIFUNDE O MIP NO PARANÁ

Ano após ano, o SENAR-PR vem difundindo e incentivando o uso do Manejo Integrado de Pragas (MIP), por meio da qual os produtores utilizam os próprios organismos presentes na lavoura para manter as pragas (percevejos, lagartas, etc) em um nível que não causem dano econômico à produção. Com isso, uma das consequências é a redução no número de aplicações de inseticidas. O bolso do agricultor agradece.

Para divulgar essa tecnologia, há três anos o SENAR-PR disponibilizou o curso 'Inspetor de Campo: MIP na soja', que tem como objetivo formar profissionais capazes de conduzir uma lavoura de soja de acordo com o protocolo técnico da Embrapa. Ou seja, a capacitação permite identificar os diferentes tipos de insetos e calcular o potencial de dano econômico para saber quando é o momento certo de aplicar o defensivo agrícola.

Nos primeiros dois anos de curso, 2016 e 2017, houve uma redução significativa no uso de inseticidas nas áreas monitoradas. Enquanto a média no Estado é de cerca de quatro aplicações por safra, nas áreas onde houve o monitoramento MIP caiu para menos de duas pulverizações.

O MIP nada mais é do que utilizar os próprios inimigos naturais das pragas para combatê-las. Em vez de aplicar inseticidas de acordo com o calendário de um pacote tec-

nológico, geralmente vendido para centenas de produtores - como se cada lavoura não tivesse suas próprias características -, o participante do curso aprende a olhar de uma outra maneira para a plantação, reconhecendo os insetos que causam prejuízos às lavouras, e aqueles que realmente são seus inimigos. Dessa forma, deixando que a própria natureza se encarregue de reduzir as pragas.

Desde que passou a ser oferecido, o curso 'Inspetor de Campo: MIP na soja' vem ampliando, ano a ano, o número de turmas, participantes e, conseqüentemente, de área monitorada. Um dos pré-requisitos para participar é ter à disposição uma área de, no mínimo, cinco hectares de soja para aplicação do MIP.

MIP SOJA

Na safra 2017/18 foram ofertados 28 cursos em todo Estado, 421 participantes inscritos e 333 concluintes (79%), sendo 3.505 hectares monitorados. Para a safra 2018/19, após as reuniões de sensibilização nos Sindicatos Rurais, 41 turmas estão em andamento e 585 participantes iniciaram o curso. Nesta safra, foi disponibilizado um novo módulo para o Colégio Agrícola, ajustando a carga horária, pré-



-requisitos e o conteúdo para atender esta demanda. Sendo o objetivo deste módulo identificar os insetos na cultura da soja, propondo o controle das pragas de acordo com o protocolo técnico de manejo integrado de pragas. As turmas acontecem em Toledo e Castro com 41 inscrios.

MIP MILHO

Os participantes do curso "Inspetor de Campo: em MIP na Soja" demandaram a continuidade no manejo para as pragas do milho. Muitas vezes, os produtores realizam mais aplicações de inseticidas no final do ciclo da soja, para evitar infestação de inseto praga na próxima cultura a ser instalada, o milho safrinha. O conteúdo trabalhado neste curso permite ao produtor rural tomar a decisão de intervir quimicamente na lavoura, já que cada aplicação gera um custo adicional que impacta diretamente no aumento do custo total de produção da lavoura. Após a formação de instrutores, o SENAR-PR disponibilizará o curso de MIP Milho a partir da safrinha de 2020.



INSETOS DO BEM

Existem muitas ferramentas para ajudar o produtor rural no controle as pragas que atacam as lavouras causando grandes prejuízos econômicos. Muitas vezes, a solução está na própria lavoura e no uso de práticas como o Manejo Integrado de Pragas (MIP) que monitora a presença dos agentes nocivos e de seus inimigos naturais, e também o controle biológico, que utiliza os inimigos naturais das pragas – reproduzidos em biofábricas. Essas tecnologias não são novidades.

Diferentemente dos agroquímicos, o registro dos produtos biológicos é feito por alvo e não por cultura. Por exemplo: registra-se um tipo de ácaro que é predador de determinada praga. Se aquela praga atacar mais de uma cultura, esse produto também pode ser utilizado. No caso dos agroquímicos, o registro vale apenas para a cultura vegetal específica (maçã, milho, tabaco etc.). Diferentemente do que muitos pensam, o controle biológico de pragas não é exclusividade de hortaliças e frutas, tampouco de sistemas orgânicos de produção. A única coisa que é imprescindível ao utilizar essa tecnologia é a capacitação do produtor. "Para dar certo, primeiramente tem que ter assistência, nesse sentido o SENAR-PR tem vários cursos de capacitação", afirma o engenheiro agrônomo referindo-se ao curso "Trabalhadores agrícolas na olericultura: pragas e inimigos naturais" e também ao curso do programa Hortimais do SENAR-PR intitulado "Controle biológico de pragas". Nestes cursos, os participantes aprendem, entre outras coisas, a olhar de outra maneira para suas lavouras, identificando os organismos presentes ali e o papel de cada um deles, diferenciando inimigos e aliados.

SEMINÁRIO DO MIP NA SOJA EM TOLEDO

Os resultados da formação no Oeste do Paraná foram tema de um seminário em Toledo, no dia 23 de novembro. “O evento comemorou um resultado muito bom, principalmente em relação à redução da aplicação de inseticidas. Isso é um ganho tanto para o produtor, que economiza recursos, quanto para o meio ambiente”, avalia Flaviane Meeiros, técnica do SENAR-PR responsável pelo curso.

Ao longo do dia, a programação do seminário contou com palestras do engenheiro agrônomo Rafael Soares, da Embrapa Soja, sobre o controle da ferrugem asiática; de Eduardo Wammes, técnico do Instituto Emater, em Palotina, sobre resultados do MIP; do instrutor do SENAR-PR em MIP soja Solivan Rosanelli; e falas dos produtores rurais Diego Daronch, de Serranópolis do Iguaçu, Vilmar Suzin, de Medianeira, Santo Pires Brito, de Iracema do Oeste e Dilso José Colpo, de Toledo.



SEGURANÇA DO TRABALHO

A demanda por treinamentos na área de segurança no trabalho teve um crescimento significativo nos últimos anos e fechou o ano de 2018 com o recorde de 521 eventos realizados pelo SENAR-PR, em áreas como Primeiros Socorros, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR), Brigada de Incêndios, Normas Regulamentadoras 20 (Inflamáveis e Combustíveis), 33 (Espaço Confinado) e 35 (Altura).



CAPACITAÇÃO CADEC

Para fortalecer a negociação entre setor produtivo e indústrias, o SENAR-PR está realizando, desde 2017, a capacitação dos integrantes das CADECs, com os temas: Noções Jurídicas Aplicadas aos Contratos de Integração, Técnicas de Organização e Condução de Reuniões e Técnicas de Negociação. Em 2019, será lançado também o módulo de custo de produção. Entre 2017 e 2018 foram realizados 18 eventos de Noções Jurídicas com 143 produtores e 18 de Técnicas de Organização e Condução de Reuniões com 96 produtores. O formato de capacitações das CADECs é pioneiro no Brasil e algumas unidades da federação já procuraram o SENAR-PR com a intenção de aplicar em seus Estados, como o Mato Grosso. Com essa consolidação das capacitações foi criado o núcleo de cadecs do Paraná, que estruturou o diálogo entre produtores integrados e indústrias.



EXPERTISE PARANAENSE EM CADECs NO MT

Entre os dias 6 e 9 de novembro, técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR estiveram na sede da Federação da Agricultura do Mato Grosso (Famato), em Cuiabá, para apresentar o modelo de capacitação ofertada aos produtores paranaenses que participam das Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadeccs), criadas por meio da Lei da Integração (Lei nº 13.288/2016). O objetivo do curso foi justamente levar o conhecimento às Cadeccs do Mato Grosso, principalmente para empoderar os avicultores para que tenham mais conhecimento sobre a Lei da Integração, sobre os contratos, poderem entender e se organizar melhor antes de uma reunião e antes das negociações.





CAFEICULTURA COM APOIO DO SENAR-PR E SINDICATOS

Não é de hoje que a cafeicultura do Paraná decidiu trocar a quantidade pela qualidade e buscar um diferencial de mercado, apostando nos cafés especiais. Felizmente os cafeicultores do Paraná contam com o apoio do SENAR-PR e dos sindicatos rurais. “A parceria com o SENAR-PR tem sido muito importante para treinar o produtor, tem sido nosso braço direito, assim como o sindicato patronal. Hoje a Associação de Cafés Especiais do Norte do Paraná (ACENPP) tem uma sala dentro do sindicato de Congoinhas. Além de dar suporte nos cursos, o Sindicato organiza, chama o pessoal”, conta o presidente da Cooperativa de Produtos de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (COGENPP), Ricardo Batista dos Santos.

O professor Fábio Scatolin reconhece no trabalho do SENAR-PR um importante alicerce da atividade. “As parcerias com institutos de pesquisa, como o Iapar, a estrutura da Emater e do SEBRAE e os treinamentos do SENAR-PR foram fundamentais para formação e um cooperativismo que possibilitasse uma escala mínima para buscar esse mercado”, avalia.

PROJETANDO O CAFEICULTOR DO FUTURO

O SENAR-PR promoveu um evento, em abril de 2018, para discutir o Perfil Profissional do Cafeicultor Paranaense. O encontro, realizado no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) do SENAR-PR em Ibiporã, região Norte, reuniu especialistas da área, empresas, associações de produtores, instrutores da entidade na área de cafeicultura, além de pesquisadores do Iapar e representantes da Emater. O objetivo foi reunir informações sobre a atividade para subsidiar a construção de um documento que irá nortear o Itinerário Formativo do Café, que, na sequência, serve para a elaboração de cursos do SENAR-PR para formar um profissional completo.

Na ocasião, foram identificadas cinco funções principais desenvolvidas pelos cafeicultores: planejamento; implantação; manejo; colheita e processamento, e comercialização. Estas são as funções chave que serão trabalhadas para aper-

feioar os treinamentos oferecidos na área de café. Atualmente a média de produtividade no Paraná é de 25 sacas de café beneficiado por hectare. A meta é atingir a média de 40 sacas.

NOVOS CURSOS PARA CAFEICULTURA

A partir da elaboração do Perfil Profissional do Cafeicultor, verificou-se a necessidade de novos treinamentos em diversas áreas, com destaque para a classificação de café. Assim, no ano de 2018 foram criados dois novos treinamentos em Classificação e Degustação de Café, que fazem parte do Itinerário Formativo do Cafeicultor. Um treinamento utiliza métodos de acordo com a Instrução Normativa nº 8, que define a Classificação Oficial Brasileira (COB), comum para cafés comercializados em volume e com precificação em bolsas de valores. O outro é baseado na classificação internacional elaborada pela SCA (Specialty Coffee Association), bastante comum nos concursos de qualidade e no cotidiano de produtores e especialistas em cafés de alta qualidade no mundo.

OFICINAS NA FICAFÉ

Décadas depois, o café do nosso Estado volta a ser objeto de atenção do setor produtivo, mirando a qualidade do produto paranaense, que está cada vez mais ganhando espaço no mercado de cafés especiais. Um dos indicadores de como essa cultura vem crescendo em importância é a Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Ficafé), em Jacarezinho. Na edição de 2018, o SENAR-PR levou para os pavilhões da Ficafé duas oficinas gratuitas para os produtores: 'Torra de cafés especiais' e 'Manutenção de roçadeiras e derrigadeiras'. As roçadeiras estão presentes em praticamente todas as propriedades rurais, enquanto as derrigadeiras são equipamentos que vêm ganhando espaço na colheita do grão.



PROJETO CAFÉS ESPECIAIS DO PARANÁ

Os cafés paranaenses vêm ganhando destaque mundial. Acompanhando esta tendência, o Sistema FAEP/SENAR-PR desenvolveu o Projeto Cafés Especiais do Paraná para valorizar e incentivar a cafeicultura paranaense, por meio da divulgação dos cafeicultores do Estado.

Para a participação no projeto, os cafeicultores devem participar dos treinamentos de "Classificação e Degustação – Classificação Oficial Brasileira" e "Classificação e Degustação de Cafés Especiais" do SENAR-PR.

Dentre as etapas do projeto, os cafés especiais dos produtores participantes são servidos a todos os colaboradores do Sistema FAEP/SENAR-PR uma vez por semana, e ao lado das garrafas de café, a ficha técnica do produtor, contendo sua foto juntamente com breve história de vida e informações referentes ao café que está sendo servido (manejo pós-colheita – natural ou cereja descascado, pontuação e nuances – aromas, fragrâncias e sabores). A ficha técnica também é divulgada nos meios de comunicação impressos e digitais.



HERDEIROS DO CAMPO AVANÇA PELO PARANÁ

Lançado em 2016, quando o projeto-piloto reuniu cinco turmas, e um dos principais destaques do catálogo em 2017, o programa Herdeiros do Campo, promovido pelo SENAR-PR, tem despertado grande interesse do público. 21 turmas foram organizadas (na ocasião foram 250 famílias e 500 participantes). Contabilizou 38 turmas programadas em 2018, espalhadas por todas as regiões do Estado. Desde a criação, mais de 900 pessoas participaram do Programa Herdeiros do Campo.

O curso, na sua essência, busca despertar a família rural para o planejamento sucessório, um dos desafios do agronegócio global. Sabendo disso, o Sistema FAEP/SENAR-PR tem trabalhado para reverter essa situação, por meio de instrumentos para que os participantes possam implantar um plano de ação que norteie a sucessão familiar.

Uma das turmas mobilizadas em 2018 ocorreu em Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Estado. Mais de

20 famílias fizeram o curso. A turma foi composta em um trabalho conjunto do Sindicato Rural local e a cerealista Agrícola Horizonte, também da região. A empresa de quase 40 anos de existência é mais uma a buscar a capacitação como instrumento para a construção do processo de sucessão familiar dos clientes e associados. Assim como a Agrícola Horizonte, empresas como BRF, Cargill, Souza Cruz, Cocamar e Primato, entre outras, demonstraram interesse no Herdeiros do Campo.



NOVIDADES

A partir das capacitações de 2018, o programa Herdeiros do Campo teve algumas novidades em sua programação. Além dos encontros e da orientação, antes do início do curso, as famílias irão participarem do momento chamado de integração, com duração de quatro horas.

Outra novidade foi o fato de os instrutores estarem capacitados sobre desenvolvimento humano, conflito de gerações e a importância do papel do facilitador/instrutor. Esse trabalho aconteceu durante o evento de atualização, no final de fevereiro, com a participação de 19 instrutores e a coordenação técnica e pedagógica do Programa Herdeiros do Campo.





SEMINÁRIO ENSINO E TRABALHO

Nos dias 30 e 31 de agosto de 2018, Foz do Iguaçu, na região Oeste, recebeu o 'Seminário Aprendizagem: Fonte de Benefício Mútuo Entre Empresário e Aprendiz', realizado na Usina Hidrelétrica de Itaipu. O evento teve como objetivo difundir diretrizes e boas práticas, além de debater ações com foco nas inclusões social, educacional e profissional do adolescente no mundo do trabalho, em especial nas áreas rurais. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Brito Pereira, participou do seminário, junto com representantes de entidades privadas e de vários órgãos públicos.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Menequette, também participou do evento, quando ressaltou a atuação da entidade junto aos jovens no meio rural, e destacou a criação e as estratégias dos programas Aprendizagem

de Adolescentes e Jovens (AAJ) e Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), desenvolvidos há anos pelo SENAR-PR em todas as regiões do Paraná. No total, os dois programas já atenderam mais de 38 mil jovens.

No painel 'A aprendizagem, a agricultura familiar e o cooperativismo - EAD - aspectos controversos', o superintendente do SENAR-PR, Geraldo Melo Filho, fez uma apresentação sobre a atuação da entidade com seus cursos de Formação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (PS). Posteriormente, destacou os números do programa Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ). Desde 2010, o SENAR-PR já realizou 112 turmas, formando mais de 1,3 mil alunos nos cursos de 'Mecânico de Manutenção de Tratores', 'Aprendizagem em Avicultura de Postura e Corte' e 'Mecanização Agrícola'.

JAA

No ano de 2018, mais de 2,3 mil jovens participaram do Programa Jovem Agricultor Aprendiz. O JAA foi elaborado para atender jovens agricultores, entre 14 e 18 anos, inseridos nas atividades agrossilvipastoris, proporcionando aos jovens rurais conhecimento sobre as oportunidades no campo, qualificando para serem profissionais, despertando uma visão empresarial e capacidade empreendedora.

O programa JAA foi formatado pelo SENAR-PR diante da necessidade de se levar aos jovens do meio rural treinamentos relacionados ao meio rural. O jovem inicia sua formação profissional pelo módulo Preparando para Gestão, com carga horária de 144 horas. Após, pode seguir por um dos módulos específicos: Agroecologia agricultura orgânica, Bovinocultura leiteira, Implantação e condução da fruticultura, mecanização agrícola, olerícolas, piscicultura.



AAJ

Em 2018, ocorreram 12 turmas de Aprendizado de Adultos e Jovens (AAJ) distribuídas em nove cidades: Tapejara, Moreira Sales, Cidade Gaúcha, Maringá – Iguatemi, Paranacity, Terra Rica, Ivaté, Umuarama e Pato Branco, sendo que 144 alunos foram beneficiados no Programa.

O Programa AAJ foi estruturado em 2005 para atender à Lei nº 10.097/2000, que estabelece que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes. Os aprendizes atendidos pelo SENAR são jovens agricultores inseridos nas atividades agrossilvipastoris e o objetivo principal das ações educativas do programa é desenvolver nos alunos habilidades e atitudes pessoais e profissionais.





Prêmio para a aprendizagem

O programa Aprendizagem de Adultos e Jovens (AAJ) foi o vencedor do 1º Prêmio de Aprendizagem Rural – Aprendendo para Crescer, promovido pela Administração Central do SENAR. A iniciativa premiou as ações desenvolvidas no âmbito do AAJ em uma usina sucroalcooleira do Grupo Santa Terezinha na cidade de Paranacity. Desde que o AAJ passou a ser desenvolvido na unidade, em 2011, cerca de 70% dos integrantes de cada turma são contratados ao final do curso. “Foi a melhor experiência relatada, preencheu todos os nossos requisitos. O trabalho do SENAR-PR cumpre muito bem a função da aprendizagem, que é dar oportunidade ao emprego”, avaliou a diretora de Educação

e Promoção Social da Administração Central do SENAR, Andréa Barbosa.

A primeira edição do prêmio buscou promover e divulgar as boas iniciativas no campo da aprendizagem rural, sensibilizando os empresários para a importância desta questão. A conquista do prêmio poderia ser explicada pela qualidade da metodologia desenvolvida pelo SENAR-PR. As regras para o aprendizado das turmas foram montadas em conjunto com a empresa. Um dos pontos chave do sucesso do programa é a figura do “padrinho”, um funcionário da empresa que orienta o jovem nas diversas funções da usina. É designado um padrinho para cada aprendiz.



GINCANA DE APRENDIZES

No Dia 23 de junho de 2018, Barbosa Ferraz, município do Noroeste do Estado, recebeu a gincana o 'O Desafio', realizada entre alunos do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), do SENAR-PR. As provas do evento testaram os conhecimentos aprendidos ao longo do programa, reforçando os conteúdos e aproximando a teoria da prática.

'O Desafio' mobilizou 280 pessoas, entre estudantes, professores, familiares, ex-alunos JAA e instrutores do SENAR-PR. Na ocasião, o evento reuniu os alunos das regionais de Campo Mourão e Mandaguaçu. Participaram da competição oito turmas do JAA - Preparando para Gestão, sete turmas do JAA - Mecanização Agrícola e uma turma do JAA - Pecuária Leiteira, totalizando 16 turmas.

Ao longo de todo dia, as equipes tiveram que realizar provas, como calcular curvas de nível nas lavouras, iden-

tificar diferentes raças bovinas e vestir adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPI). Também houve provas de cunho social. Em uma delas, as equipes tinham que reunir lacres de latas de alumínio. Nesta edição foram arrecadados 240 quilos do material, posteriormente doado para o Hospital do Câncer de Maringá.

A competição foi toda organizada por uma equipe formada por instrutores e mobilizadores do SENAR-PR da região e custeada com o recurso arrecadado pelos alunos ao longo do semestre. Algumas turmas venderam lanches e outras encontraram diferentes formas de levantar fundos para o evento. Os juizes das provas eram instrutores do JAA, enquanto que os juizes auxiliares eram ex-alunos do programa. Mas toda comunidade se envolveu no Desafio.

Gincana Mecânica AAJ

Como ocorre há quatro anos, os aprendizes do programa Aprendizagem de Adultos e Jovens (AAJ) de diversas usinas do Grupo Santa Terezinha participaram da Gincana Mecânica AAJ, realizada na Associação dos Funcionários da usina Santa Terezinha, na cidade de Tapejara. O evento reuniu 109 aprendizes do programa de sete cidades: Terra Rica, Cidade Gaúcha, Ivaté, Paranacity, Tapejara, Moreira Sales e Umuarama. Divididos em 12 equipes, os alunos se enfrentaram em provas de diversas modalidades, individuais e coletivas, intelectuais e físicas.

As provas avaliaram o desempenho coletivo e individual dos aprendizes no que tange os conteúdos ministrados no programa. O trabalho em equipe foi testado na prova do bastão, corrida de roupa/balão e corrida da água, que trabalharam com temas do chamado “núcleo básico”, ou seja, conhecimentos comuns a todas as turmas do programa. Também houve provas em equipe que exigiram a aplicação dos conhecimentos técnicos do chamado “núcleo específico” do programa, como metrologia, mecânica, sistemas, transmissão, elétrica e hidráulica.



Prêmio Mulheres do Agro

O agronegócio paranaense subiu no pódio de duas categorias do Prêmio Mulheres do Agro, iniciativa que reconhece o trabalho de gestoras de negócios rurais de todo o país, realizado no 3º Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio, em São Paulo. Márcia Piati Bordignon, do município de Céu Azul, no Oeste do Paraná, ficou em terceiro lugar na modalidade Grande Propriedade. Jania Grando, de São Miguel do Iguçu, na mesma região do Estado, também levou a ‘medalha de bronze’ em Média Propriedade. Em comum, as duas relatam alegria para trabalhar no campo e muita disposição para se aprimorar constantemente em suas áreas. Tudo isso, com uma ajuda fundamental dos cursos do SENAR-PR nas mais diversas áreas do agronegócio a elas e a seus funcionários.



PROGRAMA MULHER ATUAL

O Programa Mulher Atual surgiu em 2008 a partir de reuniões com mulheres que participaram do Programa Empreendedor Rural, mulheres do agronegócio e mulheres líderes do meio rural interessadas em um programa voltado para o público feminino, capaz de propiciar sua valorização, participação na sociedade e percepção de sua importância para o meio rural.

A partir dessa reunião começaram os trabalhos para o desenvolvimento do Programa, que realizou ainda em 2008, nove pilotos com 156 concluintes. Desde então a adesão ao Programa só cresceu. O número de participantes de 2008 a 2018 foi de 24.015 produtoras rurais em 1.198 turmas distribuídas nas 10 Regionais do SENAR-PR.

Após 10 anos de existência, o Programa Mulher Atual passa por uma revisão e atualização para que continue trazendo transformação no meio rural. Essa atualização começou em 2018 e traz simplificação e incorporação de novos conteúdos; além de cumprir os objetivos de apresentar melhorias alinhadas ao novo contexto da Mulher no meio rural e assegurar que os princípios do Programa sejam mantidos, a fim de manter sua identidade.





AVALIAÇÃO EM CAMPO

Ao longo de 2018, os avaliadores do SENAR-PR estiveram em campo com o objetivo de melhorar a avaliação dos serviços prestados, podendo assim corrigir eventuais rumos ou tomar decisões de forma mais embasada. A qualidade dos cursos e formações do SENAR-PR é um compromisso assumido com o produtor rural e com toda sociedade paranaense, desde que a entidade iniciou suas atividades, em 1993.

De lá para cá foram utilizadas diferentes metodologias para aferir a qualidade dos cursos oferecidos. Hoje

existem dois tipos de avaliação. Na primeira, conhecida como Supervisão, o supervisor regional do SENAR-PR acompanha o curso e avalia se os eventos foram realizados corretamente. Outro tipo de avaliação é a de Satisfação, um questionário que é preenchido pelos alunos ao final dos cursos para verificar se a iniciativa ocorreu a contento do público.

Por meio do projeto estão sendo reformuladas as formas de avaliação, e criadas novas ferramentas para verificar onde estão os acertos e onde é preciso melhorar.



BOAS PRÁTICAS NA PROPRIEDADE LEITEIRA

Em 2018, o curso 'Boas Práticas Agropecuárias na Propriedade Leiteira' passou a estar disponível no catálogo de títulos do SENAR-PR. A formação tem como objetivo auxiliar trabalhadores, produtores rurais e suas famílias na implantação de procedimentos que assegurem a produção de leite com qualidade e segurança.

Dividido em três momentos iniciais dedicados ao diagnóstico da propriedade e sete módulos temáticos, o curso segue preceitos pedagógicos modernos, voltados para o mercado e orientados conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), para a atividade de 'Trabalhador de Pecuária – bovino de leite'. Em cada visita às propriedades participantes, o instrutor do curso irá aplicar um questionário, que irá auxiliar

o profissional na condução das visitas. Esse material foi desenvolvido de acordo com a metodologia Global G.A.P (sigla em inglês para boas práticas agrícolas).

No Paraná, a iniciativa tem como parceiros a empresa Nestlé, que incentiva a busca por índices de qualidade cada vez maiores dos seus fornecedores, inclusive pagando mais por isso; a QCONZ América Latina, empresa que atua na certificação de boas práticas implantadas pela Nestlé, e a Dairy Partners Americas (DPA), joint venture resultante da união da Fonterra, cooperativa da Nova Zelândia da área de lácteos.

A busca da qualidade na propriedade rural é uma preocupação permanente do SENAR-PR.



NOVOS CURSOS PARA SUINOCULTURA

Ao longo de 2018, os técnicos do SENAR-PR desenvolveram mais três cursos para a suinocultura: 'Creche', 'Maternidade' e 'Reprodução', que estarão à disposição a partir de 2019. O objetivo é atingir todas as fases da atividade, que tem no Paraná o maior rebanho nacional, com 7,13 milhões de cabeças, segundo IBGE. Atualmente, a entidade conta com dois cursos voltados à suinocultura: 'Toda granja', com 20 horas, e 'Recria e Terminação', com 12 horas.

O processo de montagem dos projetos começou em 2017, quando a equipe técnica do SENAR-PR realizou uma varredura do que existe no mercado. Com esses dados, o comitê

técnico setorial realizou, em dezembro daquele ano, duas reuniões em importantes polos estaduais da suinocultura – Castro, nos Campos Gerais, e Toledo, na região Oeste – para ouvir as partes envolvidas com a atividade. Nas ocasiões, os encontros contaram com a participação de proprietários, funcionários, gerentes de granjas, técnicos, médicos veterinários e colaboradores de empresas e cooperativas.

Diante dos dados coletados, a equipe do SENAR-PR montou a grade curricular dos futuros cursos. De forma paralela, a entidade selecionou novos instrutores para atuar nos cursos.

AULA PRÁTICA NO CTA DE ASSIS

Com objetivo de conhecer mais de perto como funciona a atividade da avicultura, em julho de 2018, um grupo de 35 estudantes do curso técnico em Agropecuária do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina, de Guarapuava, esteve no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA) do SENAR-PR, em Assis Chateaubriand, região Oeste. O local abriga o Centro Tecnológico de Avicultura, conhecido como aviário-escola.

Na ocasião, os jovens puderam entender o funcionamento de um aviário e as modernas tecnologias utilizadas na atividade. Mais do que garantir créditos de presença e nota na avaliação escolar, o intuito dos estudantes foi conhecer novas possibilidades de atuação no meio rural. “A grande maioria dos alunos é filho de pequenos produtores. Conhecendo novas realidades eles têm mais elementos para decidirem continuar no campo”, observa a professora da turma visitante, Deise Maria Feltrin.

Segundo a docente, o curso técnico em Agropecuária, com duração de três anos, é destinado a alunos que estão cursando o ensino médio, ou que já concluíram. Tanto que a turma que visitou o CTA contava também com estudantes universitários.



PROGRAMA DE GESTÃO OPERACIONAL - CANA

Ofertado desde 2015 a clientes do setor canavieiro, o Programa de Gestão Operacional na cultura da cana-de-açúcar tem como público alvo profissionais que exercem algum tipo de liderança nas áreas agrícolas das usinas.

O programa teve a sua turma-piloto finalizada em 2017 e atualmente conta com duas turmas em andamento. A Turma 2 teve início em julho de 2016 e previsão de término em julho de 2019, e a Turma 3, que teve início em julho de 2018, a previsão de término em julho de 2021.

Em relação à segunda turma do programa, com 100 trabalhadores das usinas de Tapejara, Rondon e Ivaté, o SENAR-AR/PR ministrou 54 eventos em 2018.

Além dos módulos ministrados pelo SENAR-AR/PR, o programa aborda temas para serem trabalhados interna-

mente pelas usinas, como indicadores de custo e de qualidade. Estes indicadores deverão servir como parâmetro para avaliação da contribuição do Programa GOC nos resultados obtidos em cada usina. Esta segunda turma deverá ser finalizada em meados de 2019.





TREINAMENTO PARA TÉCNICOS EM BOVINOCULTURA DE CORTE

Um reforço de peso para mudar a visão de que pecuária é um negócio sem resultado aconteceu por meio dos 26 técnicos participantes do curso na turma de Ponta Grossa que integra o Programa Pecuária Moderna. Os profissionais começaram o treinamento em 2017 e finalizaram seus trabalhos de conclusão em 2018. Assim que passarem pela criteriosa banca de avaliação estarão aptos e com a chancela do SENAR-PR para levar conhecimento para pecuaristas do Estado.

É o caso do zootecnista Marcelo Ailton Vschorneck, de Apucarana, um dos integrantes da turma realizada nos Campos Gerais. Para ele, participar do curso proporcionou um período intenso de aprendizado para elevar os negócios dos pecuaristas a outro patamar. “O curso é muito interessante, com professores experientes que proporcionam atividades práticas. E a troca de experiência entre os participantes permite abrir a mente para várias coisas diferentes”, comenta.

Há seis anos Vschorneck trabalha em uma propriedade

em Ortigueira. Nesse tempo, ele e o proprietário passaram a adotar técnicas mais modernas de gestão. “Adotei o projeto nessa propriedade na qual trabalho e refiz toda a parte técnica. Estamos com ações em andamento para melhorar o manejo da parte da pastagem, benfeitorias no semiconfinamento e no confinamento e, futuramente, na construção de uma minifábrica de ração para reduzir os custos”, projeta.

A propriedade em questão tem 732 cabeças no ciclo completo, com um total de 350 matrizes. A área de 437 hectares contabiliza 1,4 unidade animal por hectare (já descontando áreas de preservação).

Além de Ponta Grossa, outras turmas foram finalizadas em Cascavel, Santo Antônio da Platina e no CTA de Ibiporã, com 640 horas de treinamento, incluindo as aulas práticas. No total foram 100 participantes inscritos e 19 aprovados. Em 2019 será divulgados os resultados da última banca com lista de técnicos aprovados.

PROGRAMA HORTIMAIS

No ano de 2018, foram disponibilizados mais três cursos do Programa HortiMais. O curso 'Nutrição de plantas' capacita trabalhadores e produtores rurais a produzir com o correto manejo nutricional, por meio de conhecimentos como os nutrientes essenciais, diagnose da deficiência de nutrientes, análise de solo, foliar e tipos de fertilizantes. O curso 'Controle biológico de pragas' ajuda a aplicar as ferramentas de controle biológico visando o manejo integrado de pragas. O curso 'Cultivo de minitomates' em ambiente protegido treina para cultivar minitomates em substrato sob cultivo protegido.



OPERADORES FLORESTAIS

Em 2018, foram atendidas seis empresas de base florestal em treinamentos de formação e atualização de operadores: Berneck SA Painéis e Serrados, Mobasa Reflorestamento SA, Santa Maria Companhia de Papel e Celulose, Sengés Papel e Celulose, Vale do Tibagi e Valor Florestal Gestão de Ativos Florestais. Nos últimos cinco anos, foram realizados 85 treinamentos em conjunto com a Unicentro, sendo sete de formação de operadores, em que os participantes passam a primeira semana da capacitação treinando em simuladores no Centro de Treinamento do CENFOR, em Irati, antes de realizarem as práticas nas máquinas de trabalho disponibilizadas pelas empresas solicitantes.



TREINAMENTO EM BRIGADA DE INCÊNDIO

Um grupo de 12 instrutores do SENAR-PR, de diversas regiões do Estado, participou de um treinamento na área de segurança do trabalho, em Curitiba. O objetivo é formar agentes multiplicadores, que possam realizar cursos e treinamentos nas áreas de Brigada de Incêndio e Norma Regulamentadora nº 20 (NR-20), que trata de líquidos inflamáveis e combustíveis.

O treinamento dos instrutores foi ministrado por profissionais da Cadenas, empresa paranaense que possui expertise na formação de Bombeiros Civis e Socorristas. A capacitação propiciou atividades teóricas e práticas sobre química e comportamento do fogo, incêndios florestais e combate a incêndio, que envolveram o uso de extintores e mangueiras de incêndio, situações de prestação de primeiros socorros e resgate em espaço confinado, entre outras. Segundo Jean Figueiredo, profissional que ministrou o curso para os instru-

tores do SENAR-PR, a iniciativa permite que os participantes se tornem multiplicadores dos conhecimentos adquiridos.



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

No ano de 2018, o SENAR-PR passou a utilizar uma nova plataforma virtual para o desenvolvimento dos cursos, a plataforma Crossknowledge. Com a plataforma, foi realizado o processo de estruturação dos cursos no novo ambiente, a formação dos tutores e a integração da ferramenta com o Sistema de Informações do SENAR-PR, para automatizar as matrículas dos alunos.

Em 2018, mais de 10 mil participantes se inscreveram nos cursos oferecidos, realizando mais de 140 mil horas de atividades na plataforma virtual, em 321 eventos.

O programa possui 33 títulos disponíveis. Os cursos EaD do SENAR-PR são divididos em seis programas: Agrinho, Inclusão digital, Matemática para a vida, Português sem complicação, Gestão da propriedade rural e Manejo de solo e água em propriedades rurais e microbacias hidrográficas.



OPERAÇÃO DE DRONES

Apesar de ainda pouco explorado no Brasil, o uso de drones (aerona-
ves não tripuladas) na agricultura já
é uma realidade e tem despertado
interesse de muitos produtores ru-
rais. Considerando este cenário, o
SENAR-PR desenvolveu, em 2018,
treinamento de operação de drones
para atendimento de demandas de
produtores rurais, com base na car-
tilha recentemente elaborada pela
Administração Central. O curso “Tra-
balhador na Agricultura de Precisão
– operação de drones” será ofertado
oficialmente a partir de 2019.



CURSO-PILOTO DE MIP EM COLÉGIO AGRÍCOLA DE TOLEDO

Os bons resultados ensinamentos sobre o Manejo Integrado de Pragas (MIP) entre os produtores fizeram com que a proposta começasse a ser disseminada em colégios agrícolas do Paraná. Em setembro, o Colégio Agrícola Estadual de Toledo (Oeste) recebeu, pela primeira vez, o curso Inspetor de Campo em MIP Soja. O curso foi adaptado à realidade dos estudantes, que não podem acompanhar todo o período de safra. O foco, então, é aprender a fazer a identificação, diferenciação, acompanhamento e controle das pragas. Os alunos aprendem a identificar os insetos e os inimigos naturais na lavoura, utilizando critérios técnicos para fazer uso racional de inseticidas.

Por ser um curso piloto, apenas uma turma foi aberta, para 20 alunos. Devido ao grande número de interessados, a coordenação do Colégio Agrícola Estadual de Toledo estabeleceu alguns critérios de seleção, como notas e o desempenho em sala de aula. Porém, estão sendo alinhadas as novas metas para que o curso continue em 2019. A última fase do curso Inspetor de Campo em MIP Soja no Colégio Agrícola de Toledo aconteceu na segunda semana de dezembro, quando as caixas entomológicas (onde os insetos coletados são dispostos para análise) e os resultados do monitoramento foram apresentados aos professores e para demais turmas da instituição.



AGRINHO

O dia 5 de novembro de 2018 ficará marcado na memória de centenas de alunos e professores de todas as regiões do Paraná. Cerca de 1,5 mil pessoas entre estudantes, docentes, pais, lideranças rurais e autoridades participaram da premiação do Concurso Agrinho 2018, no ExpoTrade Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

Durante a festa foram revelados os 318 alunos vencedores do concurso nas categorias desenho e redação e as seis professoras premiadas por seus projetos na Experiência Pedagógica. As docentes receberam como prêmio um carro zero quilômetro, enquanto os estudantes levaram para casa tablets e laptops.

Segundo o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, ao longo dos 23 anos, desde a criação, o Programa Agrinho tem contribuído para a formação de

gerações de cidadãos mais críticos e conscientes. “Temos uma satisfação enorme em receber tantos professores e alunos. O Agrinho contribui para a construção de uma nova geração, com mais responsabilidade, consciência ambiental, consciência dos seus direitos”, destacou. “Teremos, por meio dos ensinamentos do Programa, uma geração mais crítica, onde a gente encontra alunos que participaram lá atrás e hoje são prefeitos, advogados, economistas, que têm os ensinamentos do Agrinho na sua formação”, complementou.

Como é tradição nestes eventos, a cerimônia de premiação deste ano contou com diversas atrações culturais e tecnológicas para entreter e encantar os visitantes. Adultos e crianças puderam participar da oficina de produção de cupcakes (bolinhos), corrida de mini drones, bicicleta que

produz suco a partir do esforço de pedalar, cascata digital e várias outras que mostram que a atividade rural está afinada com as inovações tecnológicas. Ainda, teve uma apresentação circense que tratou da importância da preservação do meio ambiente. Malabaristas, equilibristas e outros artistas prenderam a atenção da plateia com um espetáculo de habilidade e equilíbrio.

Em 2018, o Programa Agrinho contou, na rede pública de ensino, com a participação de 3.496 escolas, distribuídas em 380 municípios, envolvendo 45.082 professores e 760.370 alunos. Já na rede particular, foram 256 escolas, distribuídas em 193 municípios, totalizando 3.003 professores e 27.288 alunos participantes.

CONCURSO AGRINHO

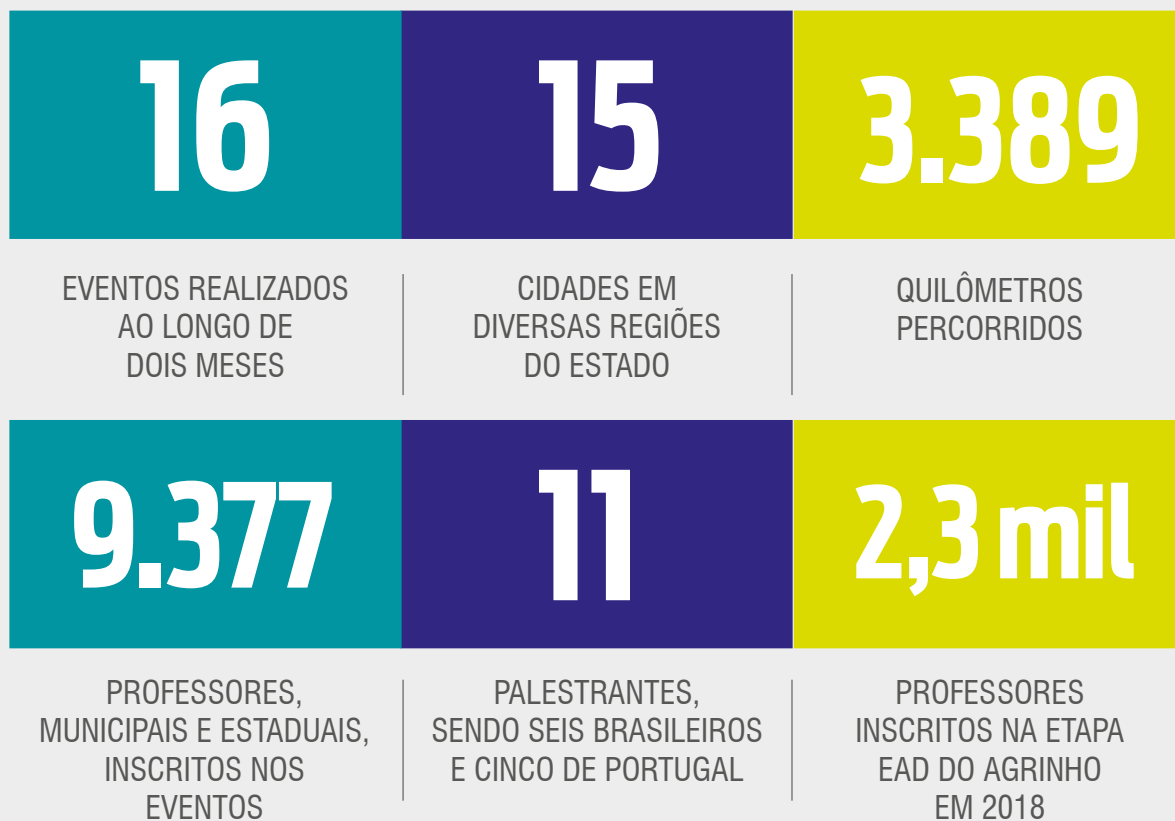
O Concurso Agrinho 2018 registrou 7.003 trabalhos inscritos, crescimento de 16,4% em relação aos 6.012 do ano passado. Entre todas as categorias, Redação contabiliza a

maior parte das inscrições, com 4.757 trabalhos, enquanto Desenho somou 1.250. Na sequência, Experiência Pedagógica registrou 743 trabalhos, Relato Escola Agrinho 204, Relatório Município Agrinho 31 e Relato Núcleo Regional de Educação 18.

SEMINÁRIO REGIONAL

Entre 15 de maio e 22 de junho de 2018, o SENAR-PR realizou o Segundo Seminário Regional de Formação de Professores do Agrinho, evento com 16 edições que percorreu 15 cidades com uma programação especial de palestras voltadas aos docentes para a utilização do material didático do Programa. O objetivo foi promover a formação continuada de professores e propiciar o acesso às bases teóricas propostas pelo programa. Foram mais de 9 mil docentes participantes, em uma programação que teve palestras com profissionais renomados no Brasil e no cenário internacional.

2º Seminário Regional de Educação em números:





CURSO EAD DO AGRINHO

O SENAR-PR adotou uma nova etapa na capacitação de docentes do Programa Agrinho, a formação na modalidade de Educação a Distância (EaD), com o objetivo de auxiliar os professores a levarem para sala de aula a metodologia do Programa. O curso foi destinado exclusivamente aos 7 mil professores que participaram do 2º Seminário Regional de Formação de Professores Agrinho.

A formação por meio do EaD possibilitou a oportunidade aos docentes de relembrar os conteúdos tratados nas palestras dos Seminários, além de exercitar práticas que vão facilitar a adoção das didáticas pertencentes ao Programa Agrinho. Gildo Marcos Moraes, professor de biologia no Colégio Pedro Carli, em Guarapuava, na região Centro-Sul do Paraná, participa há anos do Agrinho. Ele comenta que percebe uma evolução a cada edição nos conteúdos e na maneira como são trabalhados com os docentes. “Eu utilizo a metodologia em sala de aula e esse último curso foi bem bacana. A forma da plataforma está diferente, mais dinâmica e atraente. O Agrinho como um todo é sempre uma ferramenta muito interessante, acessível e com conteúdo bem atualizado e importantes para o momento que vivemos”, avalia.

DO PARANÁ PARA O MUNDO

Em 2018, o Programa Agrinho iniciou uma nova etapa na sua trajetória. No início de maio do ano passado, a Universidade Aberta de Portugal (UAb) disponibilizou, em uma plataforma digital voltada a internautas de língua portuguesa, os conteúdos do programa, para que possam ser usados por professores em todo o mundo.

Segundo a pró-reitora para inovação pedagógica e e-learning da UAb, Glória Bastos, a plataforma ‘Aulaberta’ é um espaço gratuito para acesso a recursos para experiências de aprendizagem online. O espaço reúne diversos tipos de materiais, como a própria oferta pedagógica da Universidade, cursos online e uma seção chamada ‘Recursos Abertos’, onde se enquadra o programa Agrinho.

MATERIAL DIDÁTICO REFORMULADO

O novo material didático do Agrinho vai subsidiar não apenas os professores do Paraná, mas também os docentes de outros Estados onde o programa é replicado, como

Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rondônia, e também os professores que desejarem utilizar o material da iniciativa em outros países. Desde 2017 o programa está disponível em uma plataforma educacional da Universidade Aberta de Portugal, pronto para ser utilizado por professores de todo mundo.

Nesses 23 anos de existência, o material didático do Programa já foi atualizado oito vezes. Segundo a idealizadora do Agrinho e consultora do SENAR-PR, Patrícia Lupion Torres, essa mudança é periódica e ocorre em ciclos, com dois objetivos principais. “O primeiro é a atualização do material, para contemplar todas as inovações apresentadas. Outro objetivo é que as crianças recebam novos materiais, uma vez que esse material vai para casa. Tem irmãos que já trabalharam com o ele. Então assim eles conseguem fazer uma coleção com o conteúdo” observa.

AGRINHO SOLOS RECONHECIDO EM CONGRESSO

Em setembro de 2018, uma equipe de alunos do Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas, localizado em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, foi premiada no Congresso Agropecuário, Industrial e Tecnológico do Paraná (Conaitec), na categoria Ensino Médio. O trabalho premiado, “A importância da educação ambiental desde a infância”, inspirado na parceria realizada entre a instituição de ensino e o SENAR-PR, por meio do Agrinho Solos, “busca transferir conhecimentos sobre o manejo correto do solo para sua conservação”, segundo os estudantes.

‘FILHOS’ DO AGRINHO

Ao completar 23 anos, o maior programa de responsabilidade social do SENAR-PR vê seus primeiros participantes se tornarem protagonistas na sociedade e espalharem o aprendizado. O ano era 1998 e o nome do aluno, Marcelo Gomes Costa, então com 12 anos. Ninguém poderia imaginar, mas aquele dia marcava o início de uma epopeia digna de um enredo de livro, uma viagem proporcionada pelo Programa Agrinho, desenvolvido pelo SENAR-PR, que ainda hoje está na memória coletiva de parte dos 45 mil habitantes da cidade e, principalmente, na trajetória de Marcelo. Agora, Marcelo se prepara para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “Para entrar na universidade, perdi muitas

oportunidades, abri mão de ter um emprego melhor, fazer concurso público. Mas se não faz assim para realmente corrermos atrás dos nossos sonhos, a gente não consegue”, aconselha.

Em 2016, Wagner Luiz Martins, hoje com 27 anos, foi eleito prefeito de Ribeirão do Pinhal. Antes de ocupar o posto mais importante do município do Norte Pioneiro, no entanto, aos 11 anos, Martins participou do Programa Agrinho como estudante.

Gisele Kusse da Silva Carvalho, 32 anos, é gerente de banco em Alvorada do Sul, no Norte do Paraná. Há 16 anos, no entanto, era estudante do Colégio Estadual Sapopema (no município de mesmo nome) e participante do Agrinho. Com uma redação sobre meio ambiente venceu uma das categorias do concurso e viajou a Curitiba para a cerimônia de premiação.

Em 1996, uma menina de oito anos, que vivia na área rural de Tapira, no Noroeste do Paraná, folheava no sofá de casa o material didático do Agrinho, programa recém-lançado no Paraná. Em vez de o pai contar uma história, a filha tomava a missão de narrar, em detalhes, a tríplice lavagem e a maneira correta de descartar embalagens usadas de defensivos agrícolas. “Foi muito importante para mim esse trabalho do Agrinho. Eu lia o material para o meu pai, incentivando ele a mudar, a transformar a realidade da minha família. Foi um modo de aproximação entre mim e o trabalho do meu pai”, relembra hoje a menina que se tornou professora de ciências, Bruna Duarte, agora com 30 anos.



PROGRAMA EMPREENDEDOR RURAL 2018



Há 15 anos, o Programa Empreendedor Rural (PER) orienta os produtores a empreenderem com segurança e responsabilidade e reconhece as melhores iniciativas no meio rural paranaense. Ao longo das aulas, que totalizam 136 horas de capacitação, os participantes aprendem a realizar estudos de mercado, análise de custos e outras aptidões necessárias para colocar seus sonhos na ponta do lápis e assim tomar suas decisões de negócio de forma balizada e segura.

A premiação do PER aconteceu durante o Encontro Estadual de Empreendedores e Líderes Rurais, que reuniu na Região Metropolitana de Curitiba mais de 5 mil pessoas, vindas de todas as regiões do Estado.

Dentre os 89 projetos avaliados, a conquista do primeiro

lugar ficou com o projeto de avicultura dos irmãos André e Adriano Facin, do município de Céu Azul, na região Oeste do Paraná. O objetivo é investir na produção avícola da propriedade, reduzindo custos, melhorando a produtividade e ampliando a renda familiar. Além da instalação de um novo aviário, o projeto prevê a utilização de cavacos de madeira para a queima para obtenção de energia de forma sustentável.

Outra dupla de irmãos, Criz Renê Zanovello e Roni Clei Zanovello, de Guarapuava, na região Centro-Sul, garantiram o segundo lugar com um projeto que pretende diversificar as atividades agropecuárias da propriedade. Uma das propostas é a introdução de um sistema integrado de produção, fazendo a recuperação das áreas degradadas e otimizando

as áreas improdutivas.

O terceiro lugar ficou com o projeto de Aline Almeida Borges, de Rondon, no Noroeste. A proposta é estruturar a produção de batata-doce, investindo em técnicas de irrigação e, assim, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do produto.

O PER é uma iniciativa conjunta do Sistema FAEP/SENAR-PR, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR) e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep). Desde 2003, mais de 28 mil pessoas já passaram pelo programa.

Mulheres homenageadas

As mulheres tiveram um papel especial no evento. Para representar todas as participantes do curso Mulher Atual, do SENAR-PR, que este ano completa 10 anos, subiram ao palco duas participantes das primeiras edições do curso para receber uma homenagem: Cecília Falavigna, de Maringá, no Noroeste do Paraná, e Rosinei Isabel Maraschin, de Toledo, no Oeste do Estado. Assim como o PER, o Mulher Atual tem como princípio despertar nas produtoras o potencial empre-

endedor que muitas vezes está adormecido.

As duas, que hoje são referências ao agronegócio estadual e nacional, tiveram suas histórias reconhecidas por homenagens entregues pelo presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, governadora Cida Borghetti, presidente eleito do Conselho Deliberativo do Sebrae-PR, Darci Piana, e presidente da Fetaep, Ademir Mueller, durante Encontro de Empreendedores e Líderes Rurais 2018.

Reformulação

Ao longo de 2018, um Grupo de Trabalho (GT) formado por técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR, Sebrae-PR e Fetaep, produtores rurais (egressos) e instrutores do Programa Empreendedor Rural (PER) trabalharam na atualização do curso. Essa necessidade vai ao encontro das novas necessidades impostas pelas transformações dos cenários econômico, político, social, tecnológico e legal ocorridas nos últimos anos. O desafio do grupo é, mantendo a identidade do Programa, atualizar o conteúdo e metodologia com base no novo contexto do agronegócio, tecnologias disponíveis e perfil dos participantes.



Vencedores do PER 2017 no Uruguai

Os vencedores da edição 2017 do Programa Empreendedor Rural (PER) receberam como prêmio uma viagem técnica ao Uruguai, onde visitaram propriedades, empresas e puderam conhecer mais sobre o sistema produtivo do país vizinho. Todos os cinco vencedores -- o casal Arlindo e Chiara Moraes, de Nova Aurora, na região Oeste, o casal João Paulo Dias e Flávia Coral, de Engenheiro Beltrão, no Centro-ocidental, e Gabriel Eduardo Nielsen, de União da Vitória, na região Sul do Estado, embarcaram em julho de 2018 para o Uruguai, acompanhados pelo supervisor do SENAR-PR da regional de Matelândia, Francisco Pelicão, que deu o suporte necessário aos viajantes.

No primeiro dia no Uruguai, os vencedores do PER 2017 visitaram a Central Proeba Kiyu, propriedade que atua na criação de touros da raça Hereford. No local, o grupo pôde conhecer de perto o manejo dos animais, divisão de piquetes, infraestrutura, avaliação genômica e toda a parte do comércio de touros.

Ainda durante o roteiro pelo Uruguai, o grupo visitou uma fábrica de doces e queijos artesanais na Granja Arenas, localizada na Colônia Sacramento, cidade histórica a 120 quilômetros de Montevidéu. No último dia foi a vez de um roteiro na localidade de Maldonado onde os vencedores do PER 2017 conheceram a vinícola Bodega Alto De La Ballena. “Em nossa propriedade temos parreiras de uvas para consumo próprio e dos familiares. Na visita vimos como é a forma de poda das uvas utilizadas por eles. Acredito que isso pode ser introduzido em nossa parreira”, observou João Dias.



Regional Curitiba volta a ter turma do PER

Uma turma do Programa Empreendedor Rural (PER) do SENAR-PR se formou na Lapa, Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Nessa turma, um total de 10 alunos concluíram o curso, que teve início em maio deste ano e o término em 18 de outubro. A formatura representa um marco, já que últimas turmas realizadas na Regional Curitiba tinham ocorrido em 2013, em São José dos Pinhais e em Quitandinha.

Para o supervisor da Regional Curitiba do SENAR-PR,

Alexandre Marra, a expectativa é que a turma da Lapa seja uma referência para outras nos municípios da região. “O desenvolvimento do espírito empreendedor adormecido dentro de cada produtor, independentemente da área de atuação, se caracteriza como uma das principais formas para vencer os desafios atuais e vislumbrar novos nichos de mercado. Nossa perspectiva é que a turma [da Lapa] sirva de inspiração para futuros empreendedores rurais da Região Metropolitana de Curitiba”.



Um clã de empreendedores

Após participação no Programa Empreendedor Rural, nove pessoas da mesma família assumem a administração de propriedade em Santa Tereza do Oeste para revigorar o negócio. Há coisa de 14 anos para cá, um após o outro, todos se descobriram também empreendedores, graças ao PER, desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR em parceria com o Sebrae-PR e Fetaep.

A árvore genealógica dos nove integrantes que fizeram o PER é o cartão de visitas de uma propriedade que hoje é referência na região. Os primeiros a fazer a capacitação do SENAR-PR foram os irmãos Denise, Márcia, Renato, Cristiane e Eduardo. Nos anos seguintes, Ana Cristine, esposa de Renato, José Renato de Meda, marido de Denise, Robson Martini de Meda, filho de Denise e José, e Marcelo Martini Stum, filho de Márcia, também passaram pela capacitação.

O primeiro a participar do PER foi Eduardo, em 2004. Nessa época, a propriedade ainda era administrada pelo patriarca dos Martini, Archile Martini, na região de Casca-

vel desde 1966, ano que trocou um caminhão usado por 12 hectares de terra e começou a escrever a história da família na atividade rural no Oeste do Paraná. Como tinha intenção de seguir com o trabalho no campo, Eduardo sentiu a necessidade de conhecimento técnico para aprimorar suas habilidades e agregar inovações à propriedade.

Coincidiu de que um ano depois de Eduardo terminar o PER, em 2005, o patriarca Archile passou o bastão das lavouras aos filhos, depois que a matriarca Carmela Bonatto Martini [hoje já falecida] adoeceu. Desde o início, com a missão de fazer o negócio dar certo, os Martini se uniram e resolveram não vender ou dividir as terras, como seria mais fácil. Em vez disso, criaram um pacto de gestão compartilhada. Diferente do estereótipo de que negócio em família resulta em desentendimentos, eles estão firmes há 14 anos, para provar que com diálogo e conhecimento de gestão aplicado é possível gerir uma propriedade rural de forma coletiva.



NÚMEROS 2018



SENAR
PARANÁ



2.919
EVENTOS



30.116
CONCLUINTES



109.244
HORAS

Classificação	Ocupação	Eventos	%	Concluintes	%	Horas	%
1	Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos	554	10,44%	5.949	6,92%	12.272	7,62%
2	Trabalhador na Segurança no Trabalho	520	9,80%	5.358	6,23%	8.836	5,49%
3	Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola)	476	8,97%	4.165	4,84%	12.616	7,83%
4	JAA - Jovem Agricultor Aprendiz	245	4,62%	2.526	2,94%	32.720	20,32%
5	Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris	242	4,56%	3.637	4,23%	11.732	7,29%
6	Trabalhador na Bovinocultura de Leite	236	4,45%	2.882	3,35%	6.232	3,87%
7	Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra	188	3,54%	881	1,02%	7.112	4,42%
8	Programa de Educação a Distância - EAD	170	3,20%	1.912	2,22%	7.608	4,72%
9	Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes	150	2,83%	1.355	1,58%	4.640	2,88%
10	Trabalhadores agrícolas na olericultura	138	2,60%	1.451	1,69%	5.476	3,40%
Total		2.919	55,02%	30.116	35,03%	109.244	67,84%

*os números de eventos, concluintes e horas poderão sofrer variação com a inclusão dos dados dos eventos em andamento - sem ação concluída (241 eventos)



1.079
EVENTOS



14.302
CONCLUINTES



26.168
HORAS

Classificação	Atividades	Eventos	%	Concluintes	%	Horas	%
1	Panificação	202	13,36%	2.654	9,00%	3.232	8,71%
2	Programa de Inclusão Digital - word, excel, e-mail e internet	201	13,29%	2.154	7,31%	8.040	21,65%
3	Conservação de frutas e hortaliças -conservas molhos e temperos	117	7,74%	1.417	4,81%	1.872	5,04%
4	Beneficiamento e transformação caseira de mandioca - básico em mandioca	116	7,67%	1.397	4,74%	1.856	5,00%
5	Conservação de frutas e hortaliças - geleias, doces de corte e doces pastosos	105	6,94%	1.243	4,22%	1.680	4,52%
6	Derivados de leite	95	6,28%	1.150	3,90%	1.520	4,09%
7	Beneficiamento e transformação caseira de cereais - básico em milho	77	5,09%	903	3,06%	1.232	3,32%
8	Comunicação e técnicas de apresentação	67	4,43%	1.044	3,54%	1.072	2,89%
9	Mulher atual	52	3,44%	973	3,30%	4.160	11,20%
10	Formação de Multiplicadores - Programa Agrinho - EAD	47	3,11%	1.367	4,64%	1.504	4,05%
Total		1.079	71,36%	14.302	48,52%	26.168	70,48%

*os números de eventos, concluintes e horas poderão sofrer variação com a inclusão dos dados dos eventos em andamento - sem ação concluída (241 eventos)

NÚMEROS

1993 A 2018

FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL

EVENTOS	140.272
PARTICIPAÇÕES	2.771.073
HORAS	3.515.606

PROMOÇÃO SOCIAL

EVENTOS	28.596
PARTICIPAÇÕES	540.000
HORAS	802.555

RECURSOS HUMANOS

EVENTOS	4.032
PARTICIPAÇÕES	109.086
HORAS	50.262

*os números de eventos, concluintes e horas poderão sofrer variação com a inclusão dos dados dos eventos em andamento - sem ação concluída (241 eventos)

LINHAS DE AÇÃO

	EVENTOS	CONCLUINTES	HORAS
Agricultura	617	7.819	15.008
Fruticultura	137	1.962	2.528
Grandes culturas anuais	159	1.874	3.108
Grandes culturas semiperenes e perenes	130	1.891	2.782
Mecanização agrícola	7	103	26
Olericultura	139	1.497	5.484
Produção orgânica	45	492	1.080
Agroindústria	7	49	220
Beneficiamento e transformação primária de produtos de origem agrossilvipastoril	1	0	40
Beneficiamento e transformação primária de produtos de origem animal	1	15	16
Classificação, armazenagem e preservação de produtos de origem agrossilvipastoril	5	34	164
Aprendizagem Rural	269	3.542	38.496
Aquicultura	74	869	1.184
Criação de animais aquáticos	74	869	1.184
Atividades de Apoio Agrossilvipastoril	3.165	59.896	74.456
Administração rural	837	37.777	17.048
Grandes culturas anuais	41	0	2.132
Mecanização agrícola	1.758	16.628	46.116
Montagem e reparo de máquinas agrícolas e motores	8	80	320
Segurança no trabalho	521	5.411	8.840
Atividades relativas à prestação de serviços	272	2.902	6.992
Classificação, armazenagem e preservação de produtos de origem agrossilvipastoril	149	1.631	2.936
Construções rurais	22	237	832
Montagem e reparo de máquinas agrícolas e motores	38	379	1.520
Prestação de serviços nas áreas de saúde, vestuário, artigos domésticos, agropecuários e extrativismo	24	186	768
Turismo rural	39	469	936
Educação à Distância - FPR	170	1.912	7.608
Pecuária	588	7.351	15.364
Pecuária de grande porte	362	4.650	10.096
Pecuária de médio porte	70	757	1104
Pecuária de pequeno porte	156	1.944	4.164
Silvicultura	143	1.727	1.696
Florestamento e reflorestamento	143	1.727	1696
Total Geral	5.305	86.067	161.024

*os números de eventos, concluintes e horas poderão sofrer variação com a inclusão dos dados dos eventos em andamento - sem ação concluída (241 eventos)

SISTEMA FAEP



FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> RECUSADO |
| <input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO |
| <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO | <input type="checkbox"/> CAIXA POSTAL CANCELADA |
| <input type="checkbox"/> ÁREA SEM DISTRIBUIÇÃO | <input type="checkbox"/> AUSENTE |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> FALECIDO |
| | <input type="checkbox"/> OUTROS |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL
EM ___/___/___

RÚBRICA: _____ MATRÍCULA: _____